

**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO**

2014/2015



TII

**O DESENVOLVIMENTO DE UM PENSAMENTO
ESTRATÉGICO LUSÓFONO**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE
A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA
RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES, NÃO
CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS FORÇAS
ARMADAS PORTUGUESAS E DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**O DESENVOLVIMENTO DE UM PENSAMENTO ESTRATÉGICO
LUSÓFONO**

MAJ ENG Alexandre Fernando Mendes Rodrigues

Trabalho de Investigação Individual do CEM-C 14/15

Pedrouços 2015



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

O DESENVOLVIMENTO DE UM PENSAMENTO ESTRATÉGICO LUSÓFONO

MAJ ENG Alexandre Fernando Mendes Rodrigues

Trabalho de Investigação Individual do CEM-C 14/15

Orientador: Capitão-tenente Paulo Alexandre da Silva e Costa

Pedrouços 2015



Agradecimentos

Em primeiro lugar, uma especial referência ao meu orientador, Capitão-tenente Silva e Costa, pela total disponibilidade demonstrada e pelo apoio prestado na realização do presente trabalho.

Ao meu camarada, Major de Engenharia João Correia, por todo o seu conhecimento neste domínio, e que traduziu-se numa constante análise às bases que enformam este estudo, que se refletiram no enriquecimento deste trabalho.

Quero endereçar um agradecimento muito especial ao Tenente-Coronel de Infantaria Luís Bernardino, pelo generoso apoio sempre prestado, que me permitiu acreditar no caminho estabelecido e nos objetivos a atingir.

Os meus sinceros agradecimentos e gratidão aos entrevistados: Professor Doutor Adriano Moreira; Dr.^a Ana Maria Neto, assessora político-diplomática do Secretariado Executivo da CPLP; Dr.^o Mário Santos, Embaixador de Portugal na CPLP; Dr.^o Francisco Azevedo, Diretor do Centro de Análise Estratégica da CPLP; e ao Major de Infantaria Glauco Corbari, do exército brasileiro.

Neste contexto, quero endereçar um especial agradecimento ao Professor Doutor Adriano Moreira, por toda a sua sabedoria e pela sua disponibilidade imediata em discutir comigo o tema o pensamento estratégico, a sua história, evolução e o futuro, que me proporcionou uma visão clara e fundamentada sobre o assunto...cinquenta minutos inesquecíveis.

À Dr.^a Ana Maria Neto, por me ter concedido a entrevista e transmitido todo o seu conhecimento sobre o passado, presente e futuro da CPLP, repleta de experiências e assim ter contribuído para o enriquecimento deste trabalho.

À Sara, ao Afonso e ao Rodrigo, o meu profundo agradecimento pelo tempo que vos privei da minha companhia...vocês são a minha inspiração.



Índice

Introdução.....	1
1. Enquadramento teórico	8
2. Oportunidades e ameaças do espaço lusófono	13
a. Dinâmicas geoestratégicas.....	13
b. Riscos e ameaças no espaço da CPLP	14
c. Dinâmicas de segurança e insegurança.....	18
d. Síntese conclusiva.....	20
3. A génese e a evolução da CPLP.....	21
a. Resenha histórica	21
b. Organização	22
c. Objetivos.....	23
d. Síntese conclusiva.....	24
4. As Políticas Estratégicas da CPLP	26
a. A Concertação Estratégica Setorial	26
b. Análise SWOT.....	30
c. Síntese Conclusiva.....	33
5. Análise.....	35
Conclusões.....	41
Bibliografia.....	46

Índice de Anexos

Anexo A – Curriculum ou Funções desempenhadas pelos entrevistados	Anx A - 1
Anexo B – Conceitos Estratégicos, documentos estruturantes ou artigos publicados sobre as ameaças e riscos para Angola, Brasil e Portugal	Anx B - 1
Anexo C – Caracterização dos Estados membros	Anx C - 1
Anexo D – Documentos Enquadrantes Oficiais da CPLP por Áreas Setoriais	Anx D - 1

Índice de Apêndices

Apêndice A – Linha de Orientação Metodológica	Apd A -1
Apêndice B – Modelo de Análise.....	Apd B -1
Apêndice C – Guião de Entrevista	Apd C -1



Apêndice D – Análise temática do conteúdo das entrevistas	Apd D -1
Apêndice E - Verificação da resposta às questões derivadas e validação das hipóteses formuladas.....	Apd E -1
Apêndice F – Matriz SWOT.....	Apd F -1

Índice de Figuras

Figura 1- Modelo de Análise	7
Figura 2- Processo do modelo de gestão estratégica de Hunger e Wheelen.	11
Figura 3- Índice de fragilidade dos Estados, 2014	18

Índice de Tabelas

Tabela 1- Índice de fragilidade dos Estados Falhados, 2014	16
Tabela 2- Modelo de Análise e a ligação com as dimensões e indicadores	Apd B - 1
Tabela 3-Curriculum ou Funções desempenhadas pelos entrevistados.....	Anx A - 1
Tabela 4-Análise temática do conteúdo das entrevistas	Apd D - 1
Tabela 5-Verificação da resposta às questões derivadas e validação das hipóteses formuladas.....	Apd E - 1
Tabela 6- Conceitos Estratégicos, documentos estruturantes ou artigos publicados sobre as ameaças e riscos para Angola, Brasil e Portugal	Anx B - 1
Tabela 7- República Popular de Angola.....	Anx C - 1
Tabela 8 - República Federativa do Brasil	Anx C - 2
Tabela 9- República de Cabo Verde.....	Anx C - 3
Tabela 10 - República da Guiné-Bissau	Anx C - 4
Tabela 11 - República de Moçambique.....	Anx C - 5
Tabela 12 - República de Portugal	Anx C - 6
Tabela 13- República Democrática de São Tomé e Príncipe	Anx C - 7
Tabela 14- República Democrática de Timor-Leste.....	Anx C - 7
Tabela 15- República da Guiné Equatorial.....	Anx C - 8
Tabela 16 - Dados gerais dos Estados membros	Anx C - 8
Tabela 17- Documentos Estratégicos da CPLP por Áreas Ministeriais.	Anx D - 1
Tabela 18 - Linhas de ação estratégicas da CPLP.....	Apd F - 1



Resumo

Este texto teve como primeiro propósito saber se existe um pensamento estratégico lusófono. Concluimos que é incipiente e, que a projeção do pensamento estratégico só pode ter consequência prática no contexto da CPLP. Este foi o percurso utilizado, para alcançar o objetivo primordial da nossa investigação, apresentar contributos para o desenvolvimento de um pensamento estratégico lusófono, na dimensão estratégica da organização, alicerçada nos seus pilares político, cultural, social, económico e militar.

Esta investigação tem como referência: que riscos e ameaças são comuns aos Estados membros da CPLP; de que forma a arquitetura organizacional da CPLP tem evoluído e está preparada para responder aos desafios estratégicos da Organização; qual a estrutura e modelo de formulação estratégica instituída na organização. Procuramos assim, utilizando o método hipotético-dedutivo, descrever “o que temos à nossa volta”, para entender “o que somos e o que temos feito”, e para analisar “até onde podemos chegar”.

Abstract

This article pursues, as first goal, if a Lusophone strategic thinking exists. We conclude that is just in the beginning and that the projection of strategic thinking can only have practical consequence in the context of the CPLP. This was the methodology used to achieve the primary goal of our research, purpose contributions to the development of a Lusophone strategic thinking, in the strategic dimension of the organization, based on their political pillars, cultural, social, economic and military.

This research will reference: risks and threats that are common to the member states of the CPLP; how the CPLP organizational architecture has evolved and is prepared to respond to the strategic challenges of the Organization; which the structure and strategy formulation model established in the organization. We try so using the hypothetical-deductive method, describe "what we have around us," to understand "who we are and what we have done," and to examine "how far we can get."

Palavras-chave

Estratégia, Pensamento Estratégico, Lusófono, CPLP

Keywords

Strategy, strategic thinking Lusophone, CPLP



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

C

CAE	Centro de Análise Estratégica
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

E

EUA	Estados Unidos da América
-----	---------------------------

F

FA	Forças Armadas
----	----------------

H

Hip	Hipótese
-----	----------

I

IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
IILP	Instituto Internacional da Língua Portuguesa

M

MAI	Ministério da Administração Interna
MDN	Ministro da Defesa Nacional
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros

N

NRF	<i>NATO Response Force</i>
-----	----------------------------

O

OA	Observador Associado
OC	Observador Consultivo
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte

P

PECS	Plano Estratégico da Cooperação em Saúde
------	--

Q

QC	Questão Central
QD	Questão Derivada

S

SI	Sistema Internacional
SIDA	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
SPAD	Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

U

UA	União Africana
UE	União Europeia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
US	United States



Z

ZEE

Zona Económica Exclusiva



Introdução

“Não temos certezas quanto ao facto do multiculturalismo desordenado europeu não ter efeitos iguais na Península. Mas internacionalmente, a CPLP tem na língua, que não é nossa, também é nossa, um cimento que nenhum outro antigo membro do Euromundo conseguiu.”

Adriano Moreira, In “ Geopolítica o espaço da CPLP ” (2011, p. 20)

Enunciado do tema e contexto da investigação

Portugal e os seus quase 900 anos de história constituem um percurso fascinante, talhando a sua História na epopeia de um povo cuja alma transcende em muito o seu território, desde a sua formação, passando pelos descobrimentos, à diáspora, que tão bem caracterizam a raça lusitana e o mundo que o português criou.

Um legado que ficou garantido, em grande parte, ao projeto da segunda dinastia de ir para o Mar. Esse projeto é com uma minúcia avaliado, “O que é que se quer?”, “Se há saber suficiente?”, “Se há recursos financeiros?”, “Se há interventores que possam tomar responsabilidades?”. Tudo isto é discutido, e começa com D. João I a discutir com os filhos, ele designadamente coloca a questão, “Conquistámos Ceuta? E depois temos capacidade para a governar?” (Moreira, 2015).

É por isso que estudar acerca de um pensamento estratégico lusófono é um desafio perante a complexidade, abrangência e importância do seu objeto. Assim, o presente estudo pretende analisar e, dar contributos para uma reflexão sobre um pensamento estratégico lusófono e, na sua mais elevada abstração, identificar fatores que contribuam para uma visão mais esclarecida das suas condicionantes, e promovam a valorização da comunidade lusófona. Na sequência deste desafio, encetamos esforços no sentido de, através do confronto com novas leituras, percebermos o “pensarmos a estratégia”. Constatou-se que, inicialmente, a estratégia tinha um cariz estratégico-militar. Hoje, fruto da evolução das ciências sociais, do conhecimento, da cultura estratégica, abrange outros instrumentos, que apoiam a convergência dos objetivos políticos, sem os quais não é exequível elaborar modelos que formalizem, com coerência mínima, caminhos possíveis para a construção de uma cooperação económica, para o desenvolvimento de uma visão para o espaço da lusofonia, e como desiderato, um pensamento estratégico lusófono.

A importância que o pensamento estratégico tem nos dias de hoje num mundo cada vez mais globalizado, conduz-nos à questão inicial de averiguar se este existe na comunidade lusófona. Todos os entrevistados consideram que o pensamento estratégico lusófono é muito incipiente. Na realidade, o prosseguimento do mundo lusófono na cena



internacional e mundial não se fará sem um pensamento estratégico lusófono, concertado de reforço da língua portuguesa, e logo, por inerência, das culturas dos seus múltiplos povos e países, só possível dentro de uma organização que o pense de forma estruturada, organizada, concertada, metódica (Neto, 2015), ou seja, no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Nesta linha de atuação torna-se mesmo necessário o entendimento mais profundo, na língua comum que transporta consigo a história e as culturas, para que se desenvolvam as outras áreas de atuação da Comunidade, a saber, a política, a económica, a cooperativa, a geoestratégica e a de segurança no mundo contemporâneo, progressivamente mais multipolar (Gaivão, 2010, p. 12).

Esta investigação tem como aspeto importante, demonstrar a relevância da coordenação de todos os instrumentos para a edificação de um pensamento estratégico lusófono. É evidente que este tema tem uma grande carga histórica, que começa há cinco séculos atrás e que, na opção europeísta pós-ditadura levou a que os portugueses redescobrissem a Europa, bem como procurassem estabilizar e reforçar as relações com os países africanos de língua oficial portuguesa (Vaz-Pinto, 2014, pp. 15-17).

Ainda neste período, e num contexto de Guerra Fria, o pensamento estratégico estava norteado pela dissuasão nuclear como forma de evitar a guerra no sistema internacional. A condução da estratégia e a utilização do instrumento militar subordinavam-se a critérios de ordem moral, legal e política. A Estratégia condicionava as relações internacionais e as decisões no quadro das políticas externas. O pensamento estratégico tornou-se num ponto de referência para a formulação da política externa (Bispo, 2006, p. 175).

Do mesmo modo, a CPLP é, indubitavelmente, um valioso instrumento de política externa dos Estados na promoção dos seus objetivos e interesses. A criação da CPLP e a sua afirmação nas relações internacionais são um desafio que reflete a visão de quem foi capaz de discernir o seu enorme potencial estratégico, no mundo de hoje.

É neste quadro, tendo em consideração a vocação eminente atlântica dos países lusófonos, e a sua História, que se impõe o desenvolvimento de um pensamento estratégico lusófono que permita à comunidade lusófona enfrentar as ameaças e riscos desta “Nova Ordem Mundial” (Kissinger, 2014), e proporcionar a sobrevivência e a procura do bem-estar da sua população.

Justificação do estudo

O tema que nos propomos abordar é atual e relevante considerando que vivemos num Mundo cada vez mais globalizado, caracterizado por uma crescente interdependência dos



Estados, ideia defendida por autores como Robert Keohane e Joseph S. Nye¹ (Keohane & Nye, 1989). As relações entre Estados, a sua cooperação e colaboração são vitais para a sobrevivência no sistema internacional. Para tal, é essencial um pensamento estratégico. Segundo estudos da UNESCO, a língua portuguesa, é a sexta mais falada em todo o mundo, à frente do francês e do alemão, sendo língua oficial de organizações internacionais como a União Africana, a Organização dos Estados Americanos, a União Europeia e a UNESCO (UNESCO, 2015).

As tendências orientam-nos para um mundo de incertezas impelidas pelos processos de transformação e integrações regionais e globais, acentuados pela globalização que promove a permeabilidade das fronteiras entre Estados e patrocina o emergir de novos riscos e ameaças transnacionais. Por outro lado, surgiram tendências, como o incremento dos conflitos assimétricos, que estavam “contidos” por um mundo bipolar que deixou de o ser após a queda do Muro de Berlim (Bispo, 2006, pp. 176-177), e que terão reflexos nas estratégias dos Estados, e nos respetivos pensamentos estratégicos.

Tudo isto é novo, por muito que não o queiramos reconhecer, mas certamente demonstra a relevância da estratégia em resultado dos cenários atípicos que se afiguram no horizonte. Assim, no âmbito da presente investigação, colocamos o acento tónico, não só, nas questões de defesa e segurança mas também nos restantes instrumentos, porque têm repercussões numa nova ordem mundial.

A CPLP é um foro privilegiado para a promoção das relações entre a comunidade Lusófona e que, até então, não tem sido utilizada, nem maximizada como poderia ser, num contexto mundial da globalização, tanto económica quanto cultural. A CPLP poderia, portanto, ser um importante mecanismo de inclusão nas agendas dos países, das discussões e preocupações mundiais, assim como uma importante instituição de fortalecimento de um diálogo cada vez mais necessário e pouco existente, que é o diálogo entre países lusófonos, e seguramente, constituir as bases para um pensamento estratégico lusófono (Mota, 2009).

Objeto de estudo e sua delimitação

- Objeto de estudo

A CPLP e o desenvolvimento do pensamento estratégico lusófono, para reforçar identidade lusófona.

¹ “Teoria das Interdependência Complexa”



- **Delimitação do tema**

A investigação será delimitada à dimensão estratégica da CPLP, com uma perspetiva temporal presente e futura, alicerçada nos seus pilares político, cultural, social, económico e militar. A CPLP é uma organização intergovernamental que pode representar um papel fulcral na segurança e desenvolvimento dos seus Estados membros, mesmo sem ter uma política bem definida, fruto de uma organização recente, ainda “adolescente”, criada em 17 de julho de 1996, foi, no entanto, ampliando as áreas de cooperação à medida que foi crescendo. Para o efeito, estabelecemos que é fundamental que os Estados lusófonos, movidos pelo exercício do poder político, identifiquem objetivos comuns e conjunturais, e empenhem os recursos disponíveis para desenhar uma atuação estratégica integrada e eficiente. Entendemos que tal só poderá ser edificado no quadro da CPLP. Ou seja a projeção do pensamento estratégico só pode ter consequência prática no contexto da CPLP (Neto, 2015).

Objetivos da investigação

Para alcançar o objetivo geral da investigação procuraremos atingir os seguintes objetivos específicos:

- Saber se existe um pensamento estratégico lusófono;
- Compreender a relação entre lusofonia e a CPLP;
- Compreender e analisar o contexto geopolítico do espaço da CPLP;
- Identificar e caracterizar as principais áreas de cooperação da CPLP;
- Perspetivar os desafios que se colocam a um pensamento estratégico lusófono no contexto da CPLP;
- Identificar e avaliar:
 - As oportunidades e ameaças que se colocam à CPLP no âmbito dos diversos interesses e objetivos nacionais comuns, da sua afirmação e da sua estratégia;
 - As potencialidades e vulnerabilidades da CPLP.
- Identificar e sintetizar as linhas de ação das estratégias, que se colocam à CPLP, para o desenvolvimento de um pensamento estratégico lusófono.

A metodologia e o percurso utilizados nesta investigação, teve como referência as bases do procedimento científico definidas nas orientações metodológicas para elaboração de trabalhos de investigação (Santos et al, 2014). Relativamente ao modelo de análise, este é baseado no método hipotético-dedutivo procurando assegurar um modelo teórico no



verdadeiro sentido do termo. Destarte, procuramos adotar uma metodologia que nos permitisse tratar a questão de fundo, de acordo com um sistema concetual coerente e apropriado, no sentido de avaliar os estudos em curso e obter contributos para alcançar os objetivos traçados, para desta forma obter a resposta ao problema colocado com base na validação (ou não) no teste a hipóteses.

Face ao descrito, de forma a suportar a investigação apresentamos: no apêndice A, a linha de orientação metodológica; no apêndice B, o modelo de análise; no apêndice C, o guião da entrevista; e no apêndice D, os extratos das respostas obtidas nas entrevistas realizadas (Bryman, 2012, pp. 477,668).

Elaboramos um modelo de análise, para o qual decidimos adotar uma estratégia mista, com recurso a ferramentas quantitativas e qualitativas, aplicadas a bibliografia selecionada e a entrevistas, que foram essenciais para a recolha dos dados. Relativamente à bibliografia utilizada, consultamos primariamente diplomas legais no âmbito da Defesa dos países da e da CPLP, monografias e artigos técnicos, e ainda doutrina nacional e dos países membros.

O percurso metodológico teve como referencial a seguinte Questão Central (QC): Quais são as linhas de ação estratégicas da CPLP, que podem contribuir para o desenvolvimento de um pensamento estratégico lusófono?

Chegados a este ponto, urge tentar definir, para responder à nossa QC, três questões derivadas (QD), que passamos a enunciar:

QD1. Que riscos e ameaças são comuns aos Estados membros da CPLP no atual contexto geopolítico?

QD2. De que forma a arquitetura organizacional da CPLP tem evoluído e está preparada para responder aos desafios estratégicos da Organização?

QD3. Qual a estrutura e modelo de formulação estratégica instituída na CPLP?

As hipóteses (Hip) associadas às QD são apresentadas de seguida:

Hip1. Existem riscos e ameaças comuns aos Estados membros no espaço geopolítico da CPLP, para os quais devem ser definidas estratégias multilaterais de resposta.

Hip2. A arquitetura da organização da CPLP está preparada e evolui desde a sua criação de forma a implementar medidas e desenvolver parcerias multilaterais que potenciem a resposta aos desafios que se apresentam dentro do espaço lusófono.



Hip3. A CPLP não têm consolidado um modelo de formulação estratégica, para articular de forma lógica, um pensamento estratégico lusófono, extensível às políticas estratégicas definidas para todos os setores de cooperação, que permitam a organização responder através de um estratégia alinhada.

Para responder a este desafio, estruturamos o nosso trabalho em cinco capítulos, relacionados entre eles. No capítulo 1, procuramos enquadrar o tema para definir um conjunto de conceitos como ponto de partida para perceber o âmbito da temática. No segundo capítulo, procuramos promover e privilegiar a interdisciplinaridade, refletindo a contribuição das mais diversas áreas como a História, a Geografia, a Ciência Política, as Relações Internacionais e evidentemente a Estratégia, que explicam os efeitos de uma conjuntura em que os problemas têm surgido a ritmo temporal acelerado, e analisar quais as suas consequências nos estudos de natureza geopolítica, ou seja, analisar o ambiente externo para identificar os problemas a superar e as eventualidades a explorar. No terceiro capítulo, procuramos avaliar a evolução e a organização da CPLP, por conseguinte, analisar o ambiente interno para identificar as potencialidades a empregar e as vulnerabilidades a colmatar. De seguida, no quarto capítulo, identificamos e caracterizamos os setores de cooperação da CPLP que têm políticas estratégicas definidas. No quinto capítulo, pretendemos avaliar e analisar as implicações dos fatores internos da CPLP na resposta aos desafios decorrentes da evolução da conjuntura atual, bem como a formulação de linhas de ação estratégica, para promover o desenvolvimento de um pensamento estratégico lusófono. No final, como corolário da investigação, apresentamos as conclusões da investigação, sistematizando os aspetos mais relevantes da análise feita, para proporcionar uma ideia geral, refletir e apresentar subsídios para desenvolver um pensamento estratégico lusófono.

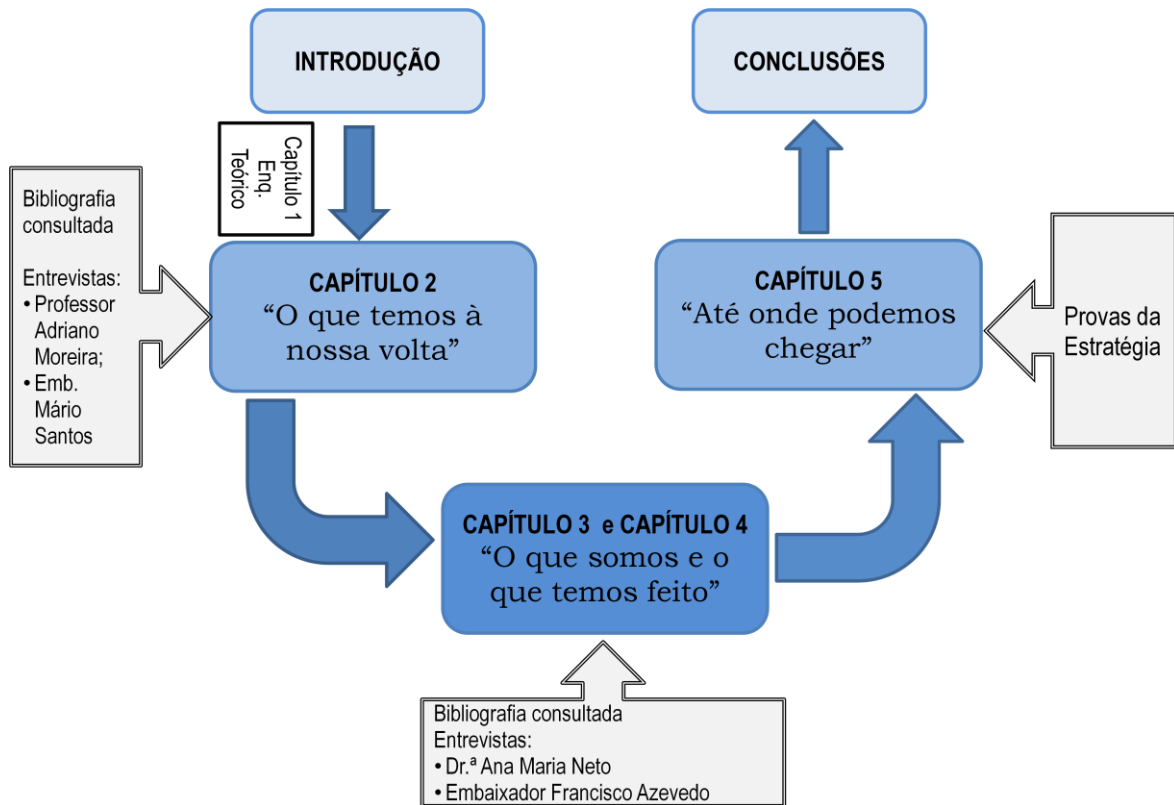


Figura 1- Percurso de Análise
Fonte: (Autor, 2015)



1. Enquadramento teórico

“... sem cultura estratégica, povos, sociedades e organizações não podem aspirar a um progresso em bases sólidas ou a assegurar a sua sobrevivência...”

General Abel Cabral Couto

Este capítulo, pretende definir um conjunto de conceitos para compreender a temática e conferir um acréscimo de fundamentação teórica e rigor ao estudo realizado, porque a teoria constitui-se como uma prescrição para o sucesso, ajudando a explicitar e disciplinar o pensamento (Borges, 2013, p. 52). Para a elaboração deste estudo foi necessário recorrer a conceitos que são o elo de ligação, para percebermos o que é a lusofonia e a sua associação à CPLP no âmbito desta investigação, perante o atual contexto regional e mundial. Desta forma, procuramos concetualizar “Lusofonia”, “Estratégia”, e “Pensamento Estratégico”.

A evolução da Estratégia foi efetivamente considerável, Arthur Lykke (1981, cit. Yarger, 2010, p. 45), afirma que a estratégia é arte que define os fins (*ends*) a atingir, os meios (*means*) que serão utilizados para os alcançar e as formas (*ways*) como esses meios serão utilizados. O grande pensador contemporâneo português, o General Cabral Couto, define a estratégia como a ciência e a arte de desenvolver e utilizar as forças morais e materiais de uma unidade política ou coligação, a fim de se atingirem objetivos políticos que suscitem, ou podem suscitar, a hostilidade de uma outra vontade política (Couto, 1988, p. 209).

Entendida, hoje, como a conceção, condução e finalização, com êxito, desejavelmente, das ações necessárias para atingir um objetivo pré definido num amplo campo de atividades humanas. A definição “da ciência e arte de empregar as forças militares para atingir os objetivos fixados pela política” evoluiu para o conceito de estratégia total, defendido por eminentes estrategistas desde André Beaufre, como sendo a “ciência e arte” da trilogia “meios-objetivos-ameaças”, através da utilização da coação, seja ela militar, de política interna, diplomática, económica, psicológica, ou outras, para, mesmo num ambiente de resultados incertos, face à oposição, incontornável pelos métodos pacíficos, de vontades políticas adversas (Borges, 2013).

Mas para aplicar a estratégia, é necessário implementar medidas de ação estratégica, identificar como vamos utilizar os meios, recursos humanos e materiais. Se recorrermos a Cabral Couto, a ação estratégica ao nível do Estado deve assentar na procura de respostas pelo poder político às seguintes questões fundamentais: (i) que futuro promover e, para o



efeito, que objetivos atingir, que oportunidades explorar, que alianças estabelecer e que instrumentos desenvolver? É o grande problema político e (ii) tendo em vista esse futuro que ameaças² se desenham no horizonte, que obstáculos são conveniente tentar contornar, que oposições ou desafios é necessário vencer, que instrumentos podem ou devem ser utilizados e que linhas de ação podem ser adotadas? É o grande problema estratégico do Estado (1988, p. 160).

Colin Gray (2010, pp. 38-39) estabelece que a estratégia é desenvolvida num contexto político, sociocultural, económico, tecnológico, militar, geopolítico, histórico e humano. E é neste contexto que vamos enquadrar a nossa investigação.

Sobre o pensamento estratégico nacional, como afirma Borges (2006, p. 15), “pouco tem sido escrito sobre o assunto” e ainda menos se encontra descrito sobre um pensamento estratégico lusófono. Mas, mesmo sobre o pensamento estratégico nacional, existem dificuldades em caracterizá-lo. Segundo António Telo, na época dos descobrimentos, quando iniciou a epopeia de novos mundos, onde se inclui a comunidade lusófona, os documentos eram altamente secretos e nunca foram reproduzidos. Apenas parcialmente conhecemos os “regimentos” (entenda-se diretivas ou linhas condutoras), que a Corte fazia chegar às primeiras armadas que partiam para o Índico, e que representavam a maior elaboração do pensamento estratégico nacional. Outras razões se apresentam, na nossa história, os mais ilustres pensadores estratégicos nacionais, fazem mas não dizem, ou pouco dizem. Alguns dizem o contrário daquilo que fazem, como por exemplo, Fontes Pereira de Melo, isto explica alguns dos aparentes mistérios do pensamento estratégico nacional, e por conseguinte, mais ainda sobre o pensamento estratégico lusófono.

Desde o início desta investigação trabalho, que foi essencial enquadrar o pensamento estratégico. Para tal, recorremos a António Silva Ribeiro³, que no seu artigo “Processo de Formulação da Estratégia de Defesa Nacional”, em que apresenta o modelo de gestão estratégica de Hunger e Wheelen, por forma a obter um conjunto de procedimentos úteis, comprovados e verificados.

Nesta fase da gestão estratégica, funde o pensamento estratégico e o planeamento estratégico numa única fase, para apoiar os decisores políticos na tomada de decisão estratégica. É evidente, que este processo só pode ser conseguido através de um

² Estados, organizações, pessoas, grupos ou condições com capacidade e intenção para danificar ou destruir vidas humanas, recursos vitais, ou instituições (EME, 2012, adaptado).

³ O Almirante Silva Ribeiro, acompanhou o Professor Luís Fontoura, no processo de elaboração do Conceito Estratégico de Defesa Nacional de 2013 (Fontoura, 2013, p. 13).



pensamento estratégico que garanta o raciocínio global e articulado de todos os instrumentos dos Estados e da organização, na procura da gestão dos recursos e materializar, com a devida flexibilidade, os objetivos comuns (2008, pp. 26-33).

O processo de formulação estratégica é constituído por 4 fases, que se indicam (Ribeiro, 2008, p. 27):

- Análise do ambiente, “onde se está?”;
- Formulação, “onde se deverá ir?”;
- Operacionalização, “como se chega lá?”;
- Controlo, “está a chegar-se lá?”.

Destaca-se o facto do modelo de gestão estratégica apresentado pelo US Naval College apresentar algumas semelhanças. Teve-se como referência, o modelo Hunger e Wheelen, pela sua simplicidade, clareza, fácil compreensão e de adaptação à interpretação do desenvolvimento um pensamento estratégico lusófono enquadrado na CPLP, e fazer a analogia de que a fase da formulação estratégica, é o momento em que está consagrado o pensamento estratégico. No entanto, é importante ter presente que este é um processo contínuo, interrelacionado, para que a estratégia de uma organização esteja alinhada. Por isso é que todos os setores da CPLP, têm que estar coordenados, relacionados e alinhados permitindo que se construam mutuamente. É fundamental ter presente, que a formulação estratégica do estado, refere-se às estratégias efetivamente delineadas ou enunciadas nos seus documentos oficiais. O mesmo deve acontecer no âmbito da CPLP.

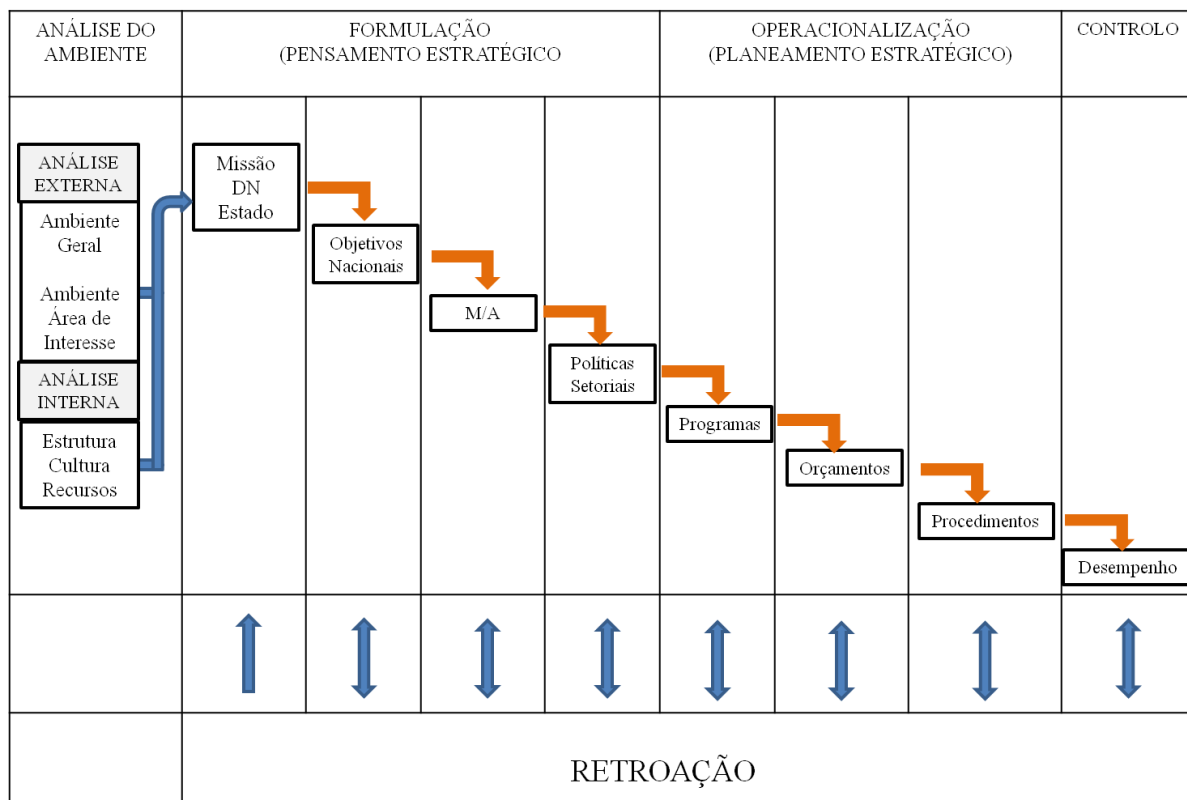


Figura 2- Processo do modelo de gestão estratégica de Hunger e Wheelen.
 Fonte: Adaptado de (Ribeiro, 2008, p. 28).

A gestão estratégica procura dirigir todos os recursos de uma Organização para alcançar uma posição de vantagem perante os restantes atores nas relações internacionais, necessária à construção de um futuro de segurança, desenvolvimento e bem-estar ambicionados pela comunidade.

Por tal facto, a nossa investigação cinge-se à CPLP, sustentámo-nos em Adler & Barnett, que ampliam o conceito de comunidade de segurança e exploram a sua aplicação a outros contextos regionais. Adler & Barnett construíram um modelo analítico no qual a confiança mútua e a identidade coletiva, no seio de um grupo de estados, são o considerado *benchmark* de uma comunidade de segurança. Depois disso, basta que a entidades políticas adotem orientações semelhantes, se dediquem à cooperação e à coordenação política. A coexistência pacífica é uma força de solucionar disputas inter-estatais (1998, p. 34).

Para Samuel Huntington (2003, p. 125), as alianças baseadas nas ideologias perderam terreno para as alianças definidas pela cultura e por traços civilizacionais, pelo que a identidade cultural tornou-se o cerne das associações e dos antagonismos entre países.

Importa analisar o próprio termo “Lusofonia”, o conceito de lusofonia resulta da conjugação de duas palavras: uma que se reporta a “Luso” sinónimo de lusitano/Lusitânia,



ou seja, português/Portugal; e fonia que provém do grego e se refere à língua oral. Neste contexto, é uma palavra compósita, abrangente e agregadora (ACL, 2005, pp. 652-656).

A lusofonia, uma palavra que não se cinge ao passado, que não se reduz a tempos idos, mas uma palavra presente com uma ideia, com um projeto futuro, que tem a língua como ponto de partida e que é comum aos Estados-membros da CPLP, bem como às comunidades residentes em países terceiros.

A Lusofonia é uma herança da história, no sentido em que foi a trajetória passada que criou esta raiz identitária comum a vários povos e a vários Estados. É neste sentido que a CPLP pode ser considerada como a realidade institucional do presente que corresponde a esse longo passado comum. No entanto, se fosse só isso, a Lusofonia não teria valor operativo para a ação presente nem seria portadora de futuro. Com efeito, mais do que herança, a Lusofonia é também um projeto, um meio para a produção de desígnios comuns, uma plataforma de estruturação de programas de cooperação, de modernização e de projeção de poder. É como projeto que a Lusofonia responde à herança, com novas realizações, abrindo a oportunidade para corrigir ou completar o que ficou por realizar no passado, e sobretudo para encontrar resposta para os desafios futuros. Por isso, a Lusofonia não é um ponto na história, mas um processo continuado de 500 anos, a projetar-se no futuro (Ribeiro, 2011, pp. 2,3).

A expressão Lusofonia é assim, utilizada frequentemente em discursos de Chefes de Estado, Chefes e membros do governo, diplomatas, quando fazem referência ao mundo lusófono no âmbito da CPLP. Assim, consideramos que, a lusofonia está associada à CPLP.

Evocando Mia Couto, o próprio que questionou o projeto da CPLP:

“... eu creio que há que ter uma postura prática, voltada para a construção de soluções. Agora é preciso e é urgente desenharmos ações que afirmem a nossa individualidade no mundo globalizado. Passaram-se anos e não podemos prolongar eternamente os debates sobre a nossa própria existência. Não temos senão duas alternativas: ou ficamos no muro da retórica ou descemos para o chão da realidade, mesmo aceitando que essa realidade se diz no plural. Teremos a comunidade que entendermos ser a nossa e aquela que melhor nos servir. Basta que o façamos.” (Fonseca, 2011, p. 31).



2. Oportunidades e ameaças do espaço lusófono

Neste capítulo analisamos a CPLP no contexto das oportunidades e ameaças, para contribuir de forma racional e objetiva, para a perceção e compreensão do espaço da lusofonia. Assim, começamos por identificar os interesses, dinâmicas e focos de instabilidade dos principais, riscos e ameaças⁴, atores externos e posteriormente caracterizamos os fatores internos ao nível da dimensão estratégico-militar e securitária.

a. Dinâmicas geoestratégicas

Na área do Atlântico Sul convergem a maioria dos países da CPLP. Neste amplo espaço geográfico, temos o Brasil de um lado, Angola, Cabo Verde, S. Tomé, Guiné Bissau e Guiné Equatorial, do outro, com Portugal a fechar este triângulo, situam-se importantes recursos energéticos, que atraem não só investidores, mas também impõem desafios de ordem securitária, nomeadamente contra, a pirataria, o crime organizado transnacional, o terrorismo, ameaças que podem afetar a boa governação, o desenvolvimento e a soberania de países da CPLP (Rodrigues, 2014, pp. 1-15).

Este é o foco do nosso trabalho, a dimensão político-estratégica no âmbito da cooperação, como fator essencial na interdependência de esforços de cada ator, e a CPLP que tem de ser encarada como uma organização com um papel no sistema internacional, como um ator regional, fundamentalmente em África. O foco da lusofonia será sobretudo direcionada sobre o Atlântico Sul, espaço estratégico no qual a CPLP se está a afirmar, e que, perante as capacidades diferenciadas dos seus membros, tem todo o interesse em fortalecer cada um dos seus membros com o potencial adequado através da convergência dos esforços de todos.

A área do Atlântico Sul pode fornecer um esteio político-estratégico à CPLP. Os oceanos representam cerca de 70% do planeta, e também cerca de 90% do tráfego comercial mundial. Não representam apenas auto estradas de transporte e comunicação. Constituem-se importantes fontes de recursos energéticos, riqueza mineral, animal, vegetal e energética (Ferreira, 2011, pp. 34-35). No Atlântico Sul circulam rotas importantes, Cabo Verde fica no seu cruzamento, a rota marítima entre o Brasil e Angola, Nigéria e S. Tomé tem-se intensificado, valoriza a importância geopolítica dos países que constituem a CPLP. África tem um papel importante nas relações internacionais, quer devido às suas

⁴ Estados, organizações, pessoas, grupos ou condições, com capacidade para danificar ou destruir vidas humanas, recursos vitais, ou instituições (EME, 2012, pp. 1-6).



importantes reservas energéticas de metais nobres, recursos naturais, mas também pelo fator população. Atualmente, a África Ocidental representa cerca de 25% das importações de petróleo para a Europa ou EUA. A China prevê que 30% do petróleo de que necessitará terá origem no continente africano, e atualmente a sua política externa tem como um dos principais objetivos estreitar os laços entre a China e diversos países africanos, através de um conjunto de parcerias que envolvem o apoio na construção de infraestruturas, venda de armas e outro tipo de ajudas. África também representa um dos principais produtores de minerais estratégicos, com grande impacto no comércio mundial. Mas o inverso também se verifica, existe um vasto conjunto de bens produzidos na Europa, EUA e China que têm como destino o continente africano (IMF, 2015, pp. 6-12).

A globalização também se apresenta como potenciador do aumento das suas ameaças e oportunidades, que faz de África um ator cada vez mais influente em todo o mundo atual e futuro, porque tudo o que ali acontece tem um amplo alcance global. Os processos de adaptação e modernização das organizações internacionais no continente demonstram a sua intenção de participação na política internacional global” (Neves, 2013).

O mundo está cada vez mais interessado e atento em África, como se constata: a criação do comando AFRICOM pelos EUA; a atitude mais proactiva da UE com o objetivo de estreitar as relações económicas e o diálogo, com a criação da “African Peace Facility” e cimeiras UE-África; a aproximação económica da China, como referida anteriormente. Estes são claros exemplos do papel que África representa no mundo atual. Infelizmente, África tem sido o cenário de violentos conflitos, que demonstra a imperfeita estrutura do Estado e a dificuldade em controlar fronteiras, que possibilita a promoção do crime organizado, a ação de grupos terroristas e fraturas políticas, ideológicas e religiosas. A competição pelos recursos compromete a sua recuperação e consolidação a médio prazo (Barroso, 2013, p. 7).

b. Riscos e ameaças no espaço da CPLP

O mundo vive hoje uma nova ordem caracterizada pela incerteza com reflexos na segurança dos Estados. Emergem novas ameaças, aproveitando o espaço de manobra e menor controlo, fruto da globalização, para desenvolver negócios internacionais no mundo da ilegalidade, e para espalhar o terror com a intenção de alcançar os seus objetivos ideológicos, políticos, religiosos, e ainda ganhar poder. Estes atores, constituem-se como as ameaças transnacionais que desestabilizam os Estados e não respeitam fronteiras (Garcia, 2010, pp. 223-226).



É evidente que o derrube do muro de Berlim e o fim da Guerra Fria, alterou a forma de se fazer a guerra como advogado por muitos estudiosos, e patrocinou o declínio das ameaças tradicionais. Isto não significa que as ameaças tradicionais desapareceram, estas mantêm-se bem presentes nas preocupações de segurança dos Estados, no entanto, surgiram novos riscos⁵ e perigos na agenda mundial. As tendências na forma de se fazer a guerra alteraram-se, a natureza dos conflitos tem características que cria condições para a imprevisibilidade no seu início. A ameaça efetivamente identificada tornou-se difusa, enquadrada por um ambiente operacional complexo e global, que se estendeu para além dos territórios nacionais, e que alterou profundamente o conceito de segurança. De facto, o que era considerado a segurança previsível face a um inimigo devidamente circunscrito ao espaço de batalha, passou a enfrentar uma ameaça que não atua de acordo com as regras doutrinárias, ou seja, para uma segurança orientada para riscos diversos (Guedes, 2012, pp. 2-3).

Isto obrigou os estados a repensarem as suas Estratégias, a sua formulação, o seu pensamento estratégico, e a incluir as vertentes económicas, política, militar, informação, num processo para alcançar sinergias conjuntas. A resposta a estes desafios teve que ser ainda mais ambiciosa, deixou de dizer respeito apenas a cada Estado individualmente, para procurar medidas de ação estratégica de prevenção, cooperação e colaboração, atuação e controlo através de organizações internacionais, com a formulação de processos nacionais e internacionais, de forma a garantir as condições para a Paz e Estabilidade Mundial.

Os ataques terroristas dos últimos anos, além do número de incidentes, dos mortos e feridos causados, ficaram marcados pela violência e a barbárie de alguns dos atos cometidos. No entanto, não se pode interpretar o fenómeno do terrorismo transnacional como se tratasse de uma ameaça isolada. Só numa abordagem holística que inclua todas as ameaças e riscos que afetam ou poderão vir a afetar um país, podemos entender a expressão do fenómeno (Pires, 2015, p. 1).

⁵ Possibilidade de perigo ou acontecimento indesejado. Caracterizado pelo grau de probabilidade e de severidade de uma potencial perda, resultante de perigos, devido à presença de um inimigo ou condições adversas (EME, 2012, pp. B-22).



Tabela 1- Índice de fragilidade dos Estados Falhados, 2014

Fonte: (FFP, 2014)

Fragile States Index 2014		Total	Demographic Pressures	Refugees and IDPs	Group Grievance	Human Flight	Uneven Development	Poverty and Economic Decline	Legitimacy of the State	Public Services	Human Rights	Security Apparatus	Factionalized Elites	External Intervention
12	Guinea	102,7	8,0	8,3	8,4	7,5	7,9	8,9	9,9	9,2	8,5	9,2	9,6	7,3
14	Cote d'Ivoire	101,7	7,8	9,1	9,0	7,0	7,6	7,4	8,8	8,7	8,7	8,8	9,4	9,4
16	Guinea Bissau	100,6	8,5	8,1	6,0	8,3	8,1	8,4	9,3	9,1	7,5	8,6	9,6	9,1
17	Nigeria	99,7	8,3	6,9	9,8	7,0	8,9	7,3	8,8	9,0	8,7	9,5	9,5	6,0
31	Timor-Leste	91,0	8,8	7,1	6,8	6,7	6,4	8,2	7,7	8,5	5,7	8,0	8,3	8,8
37	Congo (Republic)	89,6	8,1	8,1	6,3	6,5	8,1	6,7	8,4	8,8	7,6	6,4	6,7	7,9
41	Togo	87,8	7,9	7,4	4,8	7,1	7,8	7,1	8,4	8,3	7,5	7,1	7,6	6,8
43	Angola	87,4	9,0	7,5	7,1	6,0	9,5	5,4	8,0	9,1	7,0	5,8	7,2	5,8
52	Equatorial Guinea	85,3	8,0	3,6	6,6	6,3	8,8	4,2	9,7	7,4	9,5	7,2	8,2	5,8
87	Sao Tome	75,8	6,9	4,6	4,8	8,2	6,6	8,1	6,6	6,2	4,1	5,8	6,3	7,6
93	Cape Verde	74,1	6,8	4,4	4,2	8,6	7,2	6,2	6,0	6,8	4,8	5,7	5,5	7,9
115	South Africa	66,6	7,4	6,2	5,8	4,6	7,7	5,8	5,0	6,1	4,3	4,9	5,6	3,2
125	Brazil	61,4	6,7	3,6	5,6	3,8	8,0	3,6	5,4	5,6	5,6	5,6	4,9	3,0
159	United States	35,4	3,3	2,4	4,5	1,2	4,5	3,1	2,4	2,5	3,5	2,7	4,0	1,3
160	France	34,8	3,0	2,5	6,4	2,2	4,0	4,5	2,1	1,8	2,2	2,6	1,9	1,6
161	United Kingdom	34,3	2,8	2,7	5,3	2,1	3,4	4,0	1,7	2,4	2,1	2,8	3,5	1,5
162	Portugal	33,1	3,1	1,9	2,3	2,5	3,2	5,2	2,3	3,3	2,6	1,9	1,8	3,0
178	Finland	18,7	1,8	1,5	1,3	2,2	1,3	3,5	0,8	1,4	1,2	1,3	1,1	1,3

Na realidade a interconexão entre as redes de crime organizado e terrorista dotam esta questão de extrema importância. Para a Europa esta questão é determinante por três motivos. O primeiro prende-se com o tráfico de cocaína. Estima-se que 27% da cocaína consumida anualmente na Europa transite pela África Ocidental (Barros, 2014).

Outro fenómeno incontornável quando caracterizamos o Atlântico Sul é a Pirataria. Os recursos energéticos existentes nas ZEE dos Estados costeiros tem desenvolvido outro tipo de ameaça que é o fenómeno da Pirataria, em particular no Atlântico Sul, no Golfo da Guiné. O Golfo da Guiné representa 70% da capacidade de produção de petróleo e gás de toda a África, sendo que o continente, globalmente, é responsável, respetivamente, por 13% e 7% da produção mundial, tendo a 4^o e a 5^a posições mais importantes (Rodrigues, 2014, p. 14). Este problema não diz apenas respeito a ataques a petroleiros, mas está igualmente associado ao tráfico de droga, contrabando de armas e pesca ilegais.

São Tomé e Príncipe, possui uma posição estratégica no Golfo da Guiné, e tem defendido uma estratégia baseada sobretudo na cooperação militar, tanto com países africanos, mas especialmente com Portugal. A Guiné Bissau também enfrenta o problema da pesca ilegal em suas águas jurisdicionais. Dentro das suas capacidades, as forças de segurança do país apreendem os navios pesqueiros infratores, mas ainda assim o governo reforça a necessidade de melhoria das capacidades militares e judiciais para combater esta tipologia de crimes marítimos. Como membro da CPLP, apoia as iniciativas no âmbito da organização contra a pirataria. Relativamente a Angola, defende que é vital a participação



da CPLP, tendo inclusive defendido a formação de forças navais para o Golfo da Guiné, no âmbito da organização (Zucatto & Baptista, 2014, pp. 555-558).

Não podemos esquecer as ameaças convencionais, estas continuam presentes na agenda dos países. Observamos desenvolvimentos de disputas de influências no Atlântico Sul. Nomeadamente, exercícios da OTAN em Cabo Verde em junho de 2006, a formação da USAFRICOM em outubro de 2007, a reativação da *Forth Fleet*, a intensificação de contactos bilaterais entre a Venezuela e a China, os exercícios militares desta última com a Rússia, e a proximidade da segunda com Angola. Estes factos constituem-se como fatores de profunda preocupação e que podem incrementar as tensões regionais e renascer outras, em particular no que respeita às Malvinas, ameaçando tornar o Atlântico Sul numa arena geopolítica (Guedes, 2012, pp. 1-36).

Aparte as “novas” e “velhas” ameaças, também podemos falar em riscos para a comunidade lusófona, principalmente nesta região do Atlântico Sul, nomeadamente, o risco sísmico, as alterações climáticas, a extração excessiva de recursos, a contaminação com matérias perigosas, a destruição da fauna e flora.

Um Estado falhado⁶ não consegue impor-se em todo o seu território, caracterizando-se por permitir que alguns se aproveitem em benefício próprio dos seus recursos, também não consegue impor a lei, não tem instituições judiciais efetivas, não está em condições de garantir a segurança. Ou seja, permite que cresça uma rutura completa entre a sociedade civil e o nível político, do qual paulatinamente se separa. Para as Nações Unidas, a segurança e estabilidade são a solução para a resolução de outros problemas, como é o caso dos Estados frágeis. A tradicional visão dos aspetos relacionados com a defesa, associada ao controlo das fronteiras, está sendo substituída pelo reconhecimento de que a lei, a promoção da justiça e a manutenção da estabilidade são aspetos base para o reforço das instituições e para garantir o apoio da população (Barroso, 2013, p. 8).

⁶ O Estado falha quando deixa de ser capaz de exercer as suas funções enquanto Estado (Rotberg, 2004, pp. 2-14).

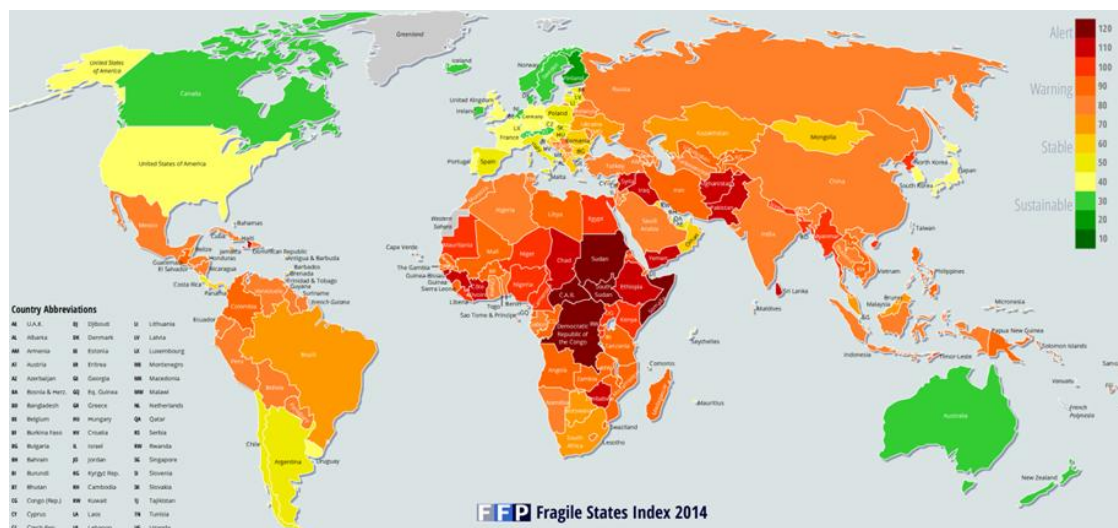


Figura 3- Índice de fragilidade dos Estados, 2014

Fonte: (FFP, 2014)

c. Dinâmicas de segurança e insegurança

O espaço da lusofonia caracteriza-se por diversas dinâmicas de insegurança. A globalização e atual conjuntura proporcionaram o emergir de novas ameaças, que prejudicam os interesses dos Estados, onde se inclui os dos países lusófonos, dos quais destacam-se o crime organizado transnacional, nomeadamente o tráfico de pessoas e de drogas; a disputa de recursos marinhos e energéticos, em que a pirataria é a atividade mais recorrente; o radicalismo religioso, que despontam essencialmente em África, no Médio Oriente e com repercussões na Europa; os conflitos regionais que assolam essencialmente o continente africano, mas que também é sentido na Europa; a frequente utilização dos crimes informáticos e das ciber-ameaças; mas também riscos provocados pela degradação ambiental e agravado pelas alterações climáticas. A coesão interna, de natureza social e política, fruto de jovens democracias que nasceram do recente processo de descolonização de alguns dos países da CPLP, que sendo do seu domínio soberano, abre portas a possibilidades de cooperação, por forma a proporcionar a mitigação eficiente e eficaz. Estes são desafios que se apresentam a uma comunidade lusófona, que embora complexos, exigem a sinergia de todos os instrumentos através de capacidades multissetoriais e multilaterais, numa CPLP unida em torno da língua que se constitui como um pilar, para um desenvolvimento sustentado dos seus membros (Bernardino, 2008, p. 173).

A transição dos regimes coloniais em África para governos nacionais, resultaram em muitos casos em violência que causou milhares de mortos e milhões de refugiados e deslocados. O ambiente competitivo da guerra fria promoveu a formação de várias fações em luta pelo poder, acentuou o conflito e foi fator multiplicador de numerosas crises em



África, incluindo a comunidade lusófona, nomeadamente Angola e Moçambique. Com o objetivo de garantir o controlo do continente, os EUA e a URSS ofereciam importantes apoios financeiros e militares que favoreceu o recrudescimento da corrupção e da má governação. Desde a sua independência, que os Estados a sul do Sahara foram o cenário de 45% dos golpes de Estado registados em todo o mundo (Rose, 2015).

Outras questões de segurança se colocam, as guerras frequentes, a falta de segurança jurídica, de ordem, a lei, a corrupção aumenta, favorecendo o emergir de novas ameaças como o crime organizado, constituindo algumas zonas do continente em paraísos para traficantes de droga, com excelentes condições aeroportuárias, que servem de abrigo igualmente a piratas, como é o caso dos Golfos da Guiné e de Adén (Barroso, 2013, p. 6).

Como consequência destas dinâmicas de segurança que se observam neste contexto estratégico, é evidente o incremento de ações de cooperação bilateral entre os países da CPLP. É mais um testemunho, de que os países estão alertados para a importância da História, cultura, língua, fatores fortes para colaborarem e apoiarem-se mutuamente. Uma das chaves para a questão da lusofonia é que estes acordos bilaterais passem a ser multilaterais, representando uma mais-valia para todos os setores de ministeriais.

A CPLP é uma organização intergovernamental que pode representar um papel fulcral na segurança dos Estados membros. Mesmo sem ter uma política bem definida para a segurança e defesa, fruto de uma organização recente, ainda na “adolescência”, desenvolveu um Protocolo de Cooperação de Defesa. É evidente, que se a CPLP pretende ser um ator relevante no continente africano, tem que estar capacitada com os meios necessários que contribuam para a promoção da segurança, e capacidade de resposta rápida, atempada e com eficácia, para intervir com forças numa operação de maior alcance, promovida por outra organização internacional. Neste âmbito, Portugal pode desempenhar um papel essencial no desenvolvimento e promoção, fruto de ser membro fundador da NATO e membro da UE, onde a Defesa e o conceito das Forças de Reação Rápida se têm afirmado como um instrumento fundamental das capacidades para intervir em situações de conflito ou em resposta a crises. A experiência acumulada na certificação e preparação de forças para os *Battlegroup* da UE, as NATO Response Forces (NRF), podem ser um fator decisivo para que Portugal assuma um papel relevante no processo de crescimento e afirmação da CPLP em África (Barroso, 2013, p. 2). E mais, o Atlântico Sul é presentemente uma potencial área de conflito, onde se disputam reservas de hidrocarbonetos, onde a pirataria tende a aumentar, e onde uma “armada lusófona” poderia



constituir-se como uma fonte de segurança, não só no Golfo da Guiné, mas também no Canal de Moçambique.

d. Síntese conclusiva

As ameaças que atualmente impendem sobre os Estados têm evidenciado a necessidade de aproximação, senão justaposição entre os conceitos de “segurança interna” e “defesa nacional”. Impõe-se hoje uma abordagem entre Estados, mas com reflexos numa abordagem integrada de segurança nacional interna, o que implica uma estreita coordenação, colaboração, e estratégias comuns no combate às novas ameaças e garantir capacidade de resposta às “velhas” ameaças.

Muitos autores têm escrito sobre a globalização, as novas ameaças e riscos que florescem, sendo evidentes as mudanças profundas da conjuntura internacional. Desta forma, analisamos os conceitos estratégicos ou documentos similares, dos principais países da CPLP (Portugal e Brasil), constata-se, conforme anexo B, que a realidade que apresento está refletida nestes documentos. Analisamos ainda, bibliografia e dados estatísticos tratados por organizações e especialistas, foi possível identificar e confirmar um conjunto de ameaças comuns no espaço lusófono. Neste capítulo, entendemos que a QD1 (Que riscos e ameaças são comuns aos Estados membros da CPLP no atual contexto geopolítico?) está confirmada pela Hip1 – Existem riscos e ameaças comuns que se apresentam no espaço geopolítico da CPLP, para as quais devem ser definidas estratégias multilaterais de resposta, tais como, desenvolver as Armadas dos países da CPLP, através de treino, doutrina e *modus operandi* no combate à pirataria e crime organizado transnacional; explorar as relações com outras organizações para a partilha de informação sobre ameaças e assim promover modalidades de ação no seu combate, promover o desenvolvimento de programas para áreas como a saúde militar, infraestruturas, proteção contra ciber-ameaças; explorar o exercício “FELINO” para desenvolver as capacidades, promover o intercâmbio e interoperabilidade, e partilha de experiências e conhecimentos entre FFAA.

O desenvolvimento e implementação de um modelo é um esforço de longo prazo, sendo que este desenvolvimento cooperativo pode e deve ser seguido paralelamente em diferentes níveis de forma a mitigar as ameaças transnacionais. Um modelo estrutural na CPLP para o setor da defesa é essencial para alcançar melhores resultados de forma sustentável e eficaz, e contribuir para desenvolver um pensamento estratégico lusófono. No próximo capítulo, vamos caracterizar a CPLP e a sua evolução e o ambiente interno.



3. A génese e a evolução da CPLP

Atualmente, são nove os Estados membros da CPLP⁷, presentes em quatro dos cinco continentes do mundo, com o objetivo comum de promover o desenvolvimento e a democracia. Neste capítulo pretendemos caracterizar a evolução da organização e perspetivar as consequências dos novos desafios que se colocam, analisando a sua dimensões político-estratégico, de forma a identificar potencialidades e vulnerabilidades para a comunidade lusófona. Considera-se essencial, perceber a criação da CPLP e a sua estrutura, analisar o fórum, onde são discutidos e aprovados os documentos político-estratégicos que orientam os objetivos estratégicos lusófonos, enquadrados na fase da formulação estratégica da organização.

a. Resenha histórica

A intenção de formar uma organização de língua oficial portuguesa já tinha sido pensada anteriormente (CPLP, 2015a). Mas foi o empenho do embaixador José Aparecido de Oliveira que em 1989, visita os países de Língua Portuguesa e convoca-os para uma reunião. No mesmo ano realiza-se em São Luís do Maranhão, no Brasil, a primeira cimeira com a presença de Aristides Pereira de Cabo Verde, João Bernardo Vieira, da Guiné-Bissau, Joaquim Chissano de Moçambique, Mário Soares de Portugal e Manuel Pinto da Costa de São Tomé e Príncipe. O Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos fez-se representar por Lopo do Nascimento. Nesta cimeira, decidiu-se criar o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) e é considerado o primeiro passo na criação da CPLP (Secretariado Executivo da CPLP, 2014, p. 32).

No momento da sua criação em 1996, altura em que foi assinada a Declaração Constitutiva e os Estatutos da CPLP, foi uma maneira de “dar forma institucional a uma realidade que faz parte do nosso quotidiano, impulsionando-a com o nosso timbre oficial” Celso Amorim (1996, cit. por Sousa, et al., 2010, p.61).

Em 1998, realizou-se na cidade da Praia, a segunda Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, na qual foi estabelecido o processo para possibilitar a colaboração de outros Estados, que não apenas os Estados membros, pelo que foi criado o estatuto de observador. Em 2005, foram estabelecidas as categorias de Observador Associado⁸ (OA) e Observador

⁷ Constituem a CPLP, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste. Estados caracterizados no Anexo C.

⁸ Observador Associado poderão participar, sem direito a voto, nas Cimeiras de Chefes de Estado e de Governo, bem como no Conselho de Ministros, sendo-lhes facultado o acesso à correspondente



Consultivo⁹ (OC). Atualmente a Geórgia, a República da Maurícia, o Japão, a República da Namíbia, a República do Senegal e a República da Turquia, possuem o estatuto de OA e na cimeira de 2006, realizada em Bissau, foram atribuídos o estatuto de OC a diversas entidades da sociedade civil, nomeadamente associações, fundações, institutos, universidades, confederações e organizações (CPLP, 2015a). Ao criar estas categorias abriu-se a organização a outros países, instituições e organizações, e desta forma potenciar o papel e a credibilidade da CPLP no SI.

A Declaração Constitutiva em 1989, não definia como objetivo a cooperação para o setor da defesa, pelo que só em 1999, os ministros da defesa aprovaram um documento relativamente à Cooperação Técnico-Militar, e foi criado o Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (SPAD). Em 2001, procedeu-se à revisão dos estatutos e um dos objetivos incluídos foi a cooperação para a defesa. Já em 2006, foi proposto e aprovado o Protocolo de Cooperação da CPLP para a área da defesa, que define as linhas de ação neste domínio, que inclui a partilha de conhecimentos, assuntos militares para o desenvolvimento de capacidades nacionais que potenciem as FA a responder aos novos desafios e riscos neste novo mundo.

b. Organização

Ao longo dos 19 anos de existência da CPLP, a estrutura da organização evoluiu. No ato da sua criação, foram estabelecidos os seguintes órgãos: a Conferência de Chefes de Estado e do Governo; o Conselho de Ministros; o Comité de Concertação Permanente e o Secretariado Executivo. Posteriormente, na IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Brasília em 2002, foram acrescentados os órgãos de Reuniões Ministeriais Sectoriais e a Reunião dos Pontos Focais de Cooperação. Já em 2005, no X Conselho de Ministros realizado em Luanda, foi estabelecido como órgão adicional o IILP e por último em 2007, foi estabelecido o seu último órgão, a Assembleia Parlamentar (CPLP, 2015a).

A Conferência de Chefes de Estado e de Governo, reúne-se de dois em dois anos, e constitui-se como a instância deliberativa superior da Organização e as decisões são tomadas por consenso. No que respeita ao Conselho de Ministros, é constituído pelos

documentação não confidencial, podendo ainda apresentar comunicações desde que devidamente autorizados. Poderão ser ainda convidados para Reuniões de carácter técnico (CPLP, 2015b).

⁹ A categoria de Observador Consultivo pode ser atribuída a organizações da sociedade civil empenhadas nos objetivos prosseguidos pela CPLP, designadamente através do respetivo envolvimento em iniciativas relacionadas com ações específicas no âmbito da Organização (CPLP, 2009b).



Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores dos nove países membros e reúne uma vez por ano. A Assembleia Parlamentar é o órgão que reúne as representações de todos os parlamentos da CPLP, constituídas na base dos resultados eleitorais das eleições legislativas dos respetivos países. O Comité de Concertação Permanente reúne-se ordinariamente em Lisboa, uma vez por mês, e extraordinariamente quando solicitado. O Comité é coordenado pelo representante de cada país que preside ao Conselho de Ministros (Secretariado Executivo da CPLP, 2014, p. 35).

O Secretariado Executivo é o principal órgão executivo da CPLP e tem a missão de implementar as decisões dos três órgãos deliberativos, nomeadamente, a Conferência, o Conselho e o Comité. As Reuniões Ministeriais são constituídas pelos Ministros e Secretários de Estado dos diversos setores governamentais dos Estados-membros. É nas Reuniões Ministeriais que compete coordenar, ao nível ministerial as ações de cooperação e concertação nos respetivos setores governamentais. A Reunião dos Pontos Focais da Cooperação, é constituída pelas unidades responsáveis nos Estados-membros, pela coordenação da cooperação no âmbito da CPLP. Este órgão garante o apoio os demais órgãos da CPLP em todos os assuntos relativos à cooperação para o desenvolvimento no âmbito da Comunidade. O IILP tem como objetivos principais a planificação e execução de programas de promoção, defesa, enriquecimento e difusão da língua portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização em *fora* internacionais (Secretariado Executivo da CPLP, 2014).

c. Objetivos

A CPLP, é uma organização que goza de personalidade jurídica e autonomia financeira e tem como principais objetivos os seguintes:

“A concertação político-diplomática entre seus estados membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional; A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social; A materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa.” (CPLP, 2010).

Daqui, identificam-se claramente os seus três pilares fundamentais: político-diplomático, cooperação e difusão da língua portuguesa.

Além destes objetivos, os seus estatutos consagram os princípios básicos de:



“igualdade entre todos os seus estados, não ingerência nos assuntos internos dos seus EM, respeito da identidade nacional, reciprocidade de tratamento, primado da paz, da democracia, do estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social, promoção do desenvolvimento e promoção da cooperação mutuamente vantajosa” (CPLP, 2010).

A CPLP é no fundo um instrumento político-diplomático destinado a aproximar os seus Estados membros e a promover parcerias, que complementam e fortalecem a ação bilateral dos estados (Rosa, 2012, p.5), Promovendo a cooperação com vista a atenuar as desigualdades entre os seus Estados membros e focaliza-se na cultura, consubstanciada pela promoção da língua portuguesa.

Para tal, tem como objetivos gerais (Secretariado Executivo da CPLP, 2014, p. 34):

- A concertação político-diplomática entre seus Estados-membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional;
- A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social;
- A materialização de projetos de promoção e difusão da Língua Portuguesa.

Apercebemos aqui, claramente da inexistência dum pilar económico.

d. Síntese conclusiva

Neste capítulo foi possível caracterizar a criação e evolução de uma organização que vai crescendo à medida que ganha maturidade. Identificamos a CPLP como um projeto político sustentado na Língua Portuguesa, no vínculo histórico e no património comum dos nove Estados membros. Estes são os pilares da Organização, que podem constituir os elos de ligação de um espaço geograficamente descontínuo, mas essenciais para o sucesso num mundo em constante mutação.

Ficou assim esclarecido o processo de decisão e os objetivos gerais nos domínios social, cultural e económico. As entrevistas à Dr.^a Ana Neto e ao Sr.^o Embaixador Mário Santos, permitiram confirmar que a organização tem desenvolvido um conjunto de procedimentos, através de reuniões, encontros, dirigir os recursos da CPLP e a prossecução dos objetivos da Comunidade. Constata-se que tem procurado promover a coordenação contínua das atividades entre instituições públicas, entidades privadas e a cooperação na Comunidade Lusófona. Analisámos ainda o ambiente interno e os reflexos do ambiente externo da CPLP, as suas implicações na definição da sua política externa e procurámos



definir linhas de ação para o desenvolvimento da sua estratégia. Contatámos que a atual estrutura da CPLP potencia o desenvolvimento de um Pensamento Estratégico Lusófono e possibilita a formulação estratégica bem como a sua prossecução. Podemos afirmar, que neste capítulo ficou respondido a QD2 (A arquitetura organizacional da CPLP tem evoluído por forma a responder aos desafios dentro do quadro da atual conjuntura?). Considera-se confirmada a Hip2 – A arquitetura da organização da CPLP está preparada e evolui desde a sua criação de forma a implementar medidas para desenvolver parcerias multilaterais que potenciem a resposta aos desafios que se apresentam dentro do espaço lusófono.

No próximo capítulo, vamos procurar identificar as ações desenvolvidas pela CPLP, e quais têm objetivos estratégicos precisos espelhados em documentos estratégicos. Quais são as áreas de cooperação que têm uma visão estratégica alinhada com o pensamento estratégico da CPLP.



4. As Políticas Estratégicas da CPLP

A CPLP tem a cultura e a Língua portuguesa, como os pilares identitários de uma Organização, que podem constituir-se como o cimento de uma Comunidade que só terá maior expressão se tiver capacidade para se afirmar num contexto internacional com novos desafios e ameaças.

Neste contexto, exige-se à CPLP uma formulação estratégica, baseada num pensamento estratégico, essencialmente para que os Estados membros comunguem de uma convergência multilateral de diferentes capacidades que cada Estado membro possui. No seio da CPLP, pode-se observar a cooperação intracomunitária, principalmente cooperação bilateral e de ajuda mútua entre Estados membros, são atividades correntes com objetivos orientados para o desenvolvimento. Estamos a falar de diversos projetos e cooperação técnica em diversos setores, com destaque para a fundamental contribuição da valorização dos recursos humanos através da formação (Secretariado Executivo A, 2010).

Pretende-se neste capítulo, verificar se existe um pensamento estratégico refletido numa visão estratégica para todas as áreas de cooperação, que alinhem as estratégias setoriais com a estratégia global, e assim avaliar se existe um pensamento estratégico na organização.

a. A Concertação Estratégica Setorial

O órgão máximo da CPLP é a Conferência de Chefes de Estado e/ou de Governo de todos os Estados membros, em que uma das suas competências é definir e orientar a política geral e as estratégias setoriais da CPLP. No âmbito das atribuições foi aprovada em Bissau, na VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada em julho de 2006 a “Cooperação na CPLP – Uma visão estratégica de cooperação Pós-Bissau”. Durante este período, nas diversas reuniões estatutárias da CPLP, tem-se procurado fomentar o nível de desempenho no âmbito da cooperação, influenciado também, pelas reflexões realizadas durante este período associadas a fatores ligados ao contexto estratégico regional e mundial, bem como a própria evolução da Organização (CPLP, 2012a, p. 2), significa que existe um ténue processo de formulação de uma estratégia com base. No entanto, este ciclo não acaba aqui, é necessário que a prossecução desses objetivos estejam sustentados na cooperação multilateral, com Estratégias ao nível das políticas setoriais. Vamos de seguida analisar os documentos estratégicos orientadores aprovados para os diferentes setores governamentais de todos os Estados membros. É ao



nível das Reuniões Ministeriais que compete coordenar as ações de concertação e cooperação nos respetivos setores organizacionais e que apresentamos um quadro resumo no Anexo D.

Para o setor da Administração Interna, foi estabelecido em 12 de abril de 2013, um “Protocolo de Cooperação entre os Estados membros da CPLP nos domínios da Segurança Pública e Segurança Interna”, que define princípios gerais, os objetivos, as modalidades e estruturas de cooperação entre Estados.

No âmbito da Administração Pública, os documentos oficiais cingem-se a declarações de encontro entre os ministros da administração pública, que refletem um conjunto de ideias e medidas a implementar, de modo a possibilitar a partilha de informação, experiências e reforço de capacidades neste domínio.

No que diz respeito à área da Agricultura, os documentos oficiais são Declarações referentes às várias reuniões de ministros de agricultura e segurança alimentar. Neste âmbito, destaca-se a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP, que se constitui num documento que define a visão estratégica para construir mecanismos de governação essenciais aos desenvolvimento e implementação de planos de ação no garante do direito humano à alimentação adequada, na erradicação da fome e da pobreza.

Para o setor do Ambiente, foi celebrado a 4 de maio de 2012, uma Resolução sobre os Novos Instrumentos de cooperação na CPLP para este domínio, que pretende o incentivo à cooperação bilateral e multilateral para a proteção e preservação do meio ambiente dos Estados membros (CPLP, 2012b).

No setor dos Assuntos do Mar, foi assinado e revista a 20 de julho de 2009, a “Estratégia da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa para os Oceanos”. Todos os países membros da CPLP têm em comum uma costa marítima, fruto da época dos descobrimentos portugueses, perfazendo no seu conjunto mais de 7,5 milhões de km² de área oceânica. Por este motivo, os oceanos reúnem em si uma fonte de recursos importantíssimos ao desenvolvimento sustentável e para a economia dos países. Este é um documento fundamental que define a estratégia conjunta na definição da política dos oceanos da CPLP. Este é um documento verdadeiramente estratégico, que inclui a participação alinhada dos ministros de diversos domínios (CPLP, 2009a).

A área dos Assuntos Parlamentares limita a sua atividade à realização de encontros e reuniões como forma de acompanhar a evolução de questões essenciais neste domínio.

No âmbito da área da Ciência e Tecnologia, está estabelecido o “Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP



(2014-2020)”, que apresenta os vetores estratégicos que potenciam a inclusão social, a redução das desigualdades e a melhoria das condições de vida e do bem-estar social dos cidadãos da CPLP, num documento que é transversal a um conjunto de áreas (CPLP, 2013a).

A conjuntura atual, com ênfase nas questões económicas e financeiras, identificou no seio da CPLP a importância de realização de Reuniões entre os ministros do comércio da organização, em que a primeira ocorreu em Luanda a 14 de maio de 2012. Desta reunião, resultou a “Declaração de Luanda” que define como objetivo principal articular ações entre entidades com vista a reforçar e facilitar a cooperação económica e empresarial no espaço da CPLP.

A área dos Correios e Telecomunicações está orientada para a realização de reuniões técnicas neste domínio.

No domínio da Cultura está aprovado o “Plano Estratégico de Cooperação Cultural Multilateral da CPLP e respetivo Plano de Ação (2014-2020)” de 11 de abril de 2014. Reconhecendo a importância da cultura e seu papel relevante como fator de coesão e de identidade lusófona, este documento pretende definir os eixos estratégicos e as linhas de ação de Cooperação Cultural Multilateral, de forma a contribuir para a partilha de uma herança histórica que une os países lusófonos, reforçar essas mesmas relações e a sua afirmação mundial (CPLP, 2014a).

No âmbito da Defesa, foi celebrado um protocolo de cooperação em 2006, com o objetivo de promover e facilitar a cooperação entre os Estados membros, reconhecendo que a Defesa e Segurança são fundamentais para o desenvolvimento das capacidades das Forças Armadas, a estabilidade e desenvolvimento sustentado dos países, bem como a aproximação entre Estados.

Na área do Desporto, foi celebrado o “Acordo de Cooperação no Domínio da Juventude e do Desporto” com o objetivo de promover o debate de questões neste âmbito e promover ações de cooperação e solidariedade nestas áreas (CPLP, 2007).

Para o domínio da Economia e Empresas, são realizadas atividades regulares, nomeadamente, encontros, reuniões, seminários e conferências com o objetivo de partilhar conhecimentos e encontrar modelos de cooperação para potenciar a colaboração entre os Estados membros, garantindo o desenvolvimento tecnológico sustentável.

Na área da Educação, está em fase de conclusão o “Plano Estratégico de Cooperação Multilateral na área da Educação da CPLP e respetivo Plano de Ação”, com o objetivo de aprovação durante o ano de 2015 (CPLP, 2014b).



Relativamente à área das Finanças, os documentos oficiais são Declarações dos Ministros dos Estados membros, sendo a última a Declaração de Luanda que a apresenta as preocupações no âmbito do debate sobre a consolidação da estabilidade financeira internacional e a recuperação económica nos países da CPLP.

Para a área da Igualdade do Género, foi subscrita a Resolução de Lisboa pelos Ministros responsáveis dos diversos Estados membros, abordando os compromissos assumidos no âmbito da CPLP e a transversalidade das políticas a assumir.

No âmbito da Justiça, na última reunião de ministros foram debatidos alguns temas e documentos, nos quais se incluem a “Declaração sobre Medidas Comuns de Prevenção e de Combate ao Tráfico de Seres Humanos e respetivo Plano de Ação” e uma “Proposta de Declaração sobre Medidas Comuns de Prevenção e de Combate à Corrupção de Agentes Públicos nas Transações Comerciais Internacionais e respetivo Plano de Ação” (CPLP, 2013b).

A pasta da Juventude, atualmente, é tratada conjuntamente com a pasta do Desporto, que se refletiu no “Acordo de Cooperação no Domínio da Juventude e do Desporto”.

A área das Pescas está igualmente espelhada na “Estratégia da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa para os Oceanos”.

A pasta da Propriedade Industrial está desenvolvida no Portal da Lusofonia, que é um fórum virtual, onde está vertida informação relevante sobre o sistema de Propriedade Industrial nos diversos países de língua oficial portuguesa. Este espaço tem como principais objetivos de contribuir para a valorização e afirmação da Língua Portuguesa enquanto língua tecnológica no âmbito da atual sociedade do conhecimento e da informação, com a disponibilização de um Centro de Documentação em Língua Portuguesa, que inclui a Base de Dados LUSOPAT, e servir de catalisador de iniciativas de cooperação, sistematizando e maximizando os seus resultados e em que serão promovidos projetos conjuntos e parcerias efetivas de cooperação (INPI, 2008).

No domínio da Saúde, foi aprovado em maio de 2009 o “Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS/CPLP) 2009-2012”. Este Plano define as diretrizes orientadoras e os eixos estratégicos das políticas a seguir para a área da saúde. Na sequência da III Reunião de Ministros da Saúde da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, de 12 de fevereiro de 2014 realizada em Maputo, foi decidido pela extensão deste Plano até 2016 (CPLP, 2014c).

A pasta do Trabalho e Assuntos Sociais tem definido o Plano de Ação de Maputo, relativamente a dinamização da área da formação profissional e integração social. Foram



ainda aprovadas duas resoluções, uma sobre a questão do Trabalho Infantil e outra no âmbito do Reforço da Cooperação da CPLP com Agências Internacionais de Desenvolvimento.

O Turismo surge como uma área com particular interesse no âmbito do desenvolvimento económico dos Estados. Neste contexto, foi aprovado o “Regimento Interno da Reunião de Ministros do Turismo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)”, e foi ainda aprovado o objetivo de elaboração de um Plano Estratégico de Cooperação da CPLP para o Setor do Turismo (Secretariado Executivo da CPLP, 2014, p. 74).

Para a prossecução dos seus objetivos a Língua Portuguesa, é sem dúvida uma área importante na estratégia da CPLP, neste contexto o IILP passou a ser um órgão da CPLP desde 2005. O IILP tem como principais objetivos a planificação e execução de programas de promoção, defesa, enriquecimento e difusão da Língua Portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização em fora internacionais (Instituto Internacional da Língua Portuguesa, 2015).

b. Análise SWOT

Esta análise, tem por base o ambiente organizacional e ambiental, e sustentado no capítulo anterior apresentar as oportunidades e ameaças (ambiente externo). Com base neste capítulo, identificar as potencialidades e vulnerabilidades (ambiente interno). Esta análise, que agora se apresenta, fundamentou-se em documentação, e nas entrevistas da Dr.ª Ana Maria Neto (2015) e do Embaixador Mário Santos (2015). Do cruzamento destes dois ambientes traçamos as linhas de ação estratégicas na tabela n.º 17, no apêndice F.

A CPLP do ponto de vista teórico tem potencialidades, que merecem destaque:

- Presença em 4 continentes;
- Todos os Estados falam a mesma língua, um fator de importante de coesão;
- Potencialmente, os países possuem riquezas em matérias-primas, principalmente, o petróleo e o gás;
- Riqueza em termos de disponibilidade água (guerra por causa deste recurso dentro de 20 anos segundo especialistas);
- Condições para desenvolvimento sustentável, com a possibilidade de apostar nas energias renováveis, energias limpas, nomeadamente, com recursos ao nível das energias renováveis, eólicas, marinhas;
- Riqueza em biodiversidade;



- Riqueza em termos populacionais (exceto Portugal¹⁰), com muita população jovem;
- Condições climatéricas e do ponto vista natural para desenvolver o Turismo;
- Localizações geográficas importantes com todos os Estados ribeirinhos;
- Potencialidades ao nível do Atlântico Sul, e a posição geoestratégica dos países da CPLP, que representa um triângulo estratégico, Europa, África e América do Sul;
- Os países estão inseridos em organizações regionais importantes, em resultado de estarem em 4 continentes diferentes, uma importância política e económica, na medida em que dá acesso a outros mercados e potenciar o setor económico;
- O Brasil, face à indústria militar de que dispõe, pode representar o motor para o setor da Defesa na CPLP

Como vulnerabilidades, identificamos:

- Modelos de governação incipientes, tanto ao nível das finanças públicas e das político-económicas;
- Alguns países apresentam problemas de governação, no âmbito da corrupção, de transparência, com políticas burocráticas que não são eficazes e eficientes;
- Setor privado incipiente, resultado de alguns dos Estados serem ainda jovens democracias;
- Não apropriação, conhecimento ou reconhecimento da sociedade civil do projeto da CPLP;
- Recursos humanos com pouca e fraca formação;
- Políticas de educação, da ciência e da tecnologia com um investimento de incipiente;
- Alguns Estados membros, como Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste não dispõem de forças navais com capacidade para defender as respetivas Zona Económica Exclusiva (ZEE);
- Limitada vontade política para decidir e assumir o compromisso da CPLP;
- Os países têm favorecido os acordos bilaterais e não a multilateralidade;
- Participação de todos nos projetos, apenas Brasil, Portugal, Angola, Timor-Leste e pouco Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, não têm contribuído.

¹⁰ Na última década, o número de jovens entre os 15 e os 29 anos reduziu-se em quase meio milhão em Portugal (INE, 2014, p. 1).



Do nosso estudo, destacamos as seguintes oportunidades:

- Estar em várias organizações internacionais, fruto de estarmos em 4 continentes diferentes, podia-se fazer ouvir a nossa voz, por exemplo, apostar na candidatura de pessoas falantes português para lugares chaves¹¹;
- Entidades falantes de português como mediadores de conflito¹²;
- Possibilidade de financiamento através de outras organizações como a UE;
- Apostar em políticas de alargamento da CPLP criteriosas, ao nível dos observadores associados, para Estados e Organizações Internacionais;

No que respeita a ameaças, algumas, e porventura mais importantes, julgamos serem internas:

- A instabilidade securitária no Golfo da Guiné que pode afetar a estabilidade dos países lusófonos na área de influência;
- Alguns países lusófonos não estão capacitados para responder a algumas ameaças transnacionais;
- Concorrência dos EUA, da China, da Inglaterra e França, com objetivos estratégicos, principalmente económicos e riquezas naturais existentes no continente africano;
- Existem ameaças fortes ao crescimento da organização, ausência de vontade política dos governantes de se apropriarem do processo de crescimento e consolidação da organização. Muitas vezes as prioridades são diferentes e antagónicas, e isso é um problema.

¹¹ Neste âmbito, alguma coisa tem sido feita, o diretor da FAO é brasileiro, o diretor da OMC é brasileiro, o UNHCFR é português, o secretário-geral da comissão económica para a África é Cabo-verdiano, o ex-presidente da Comissão Europeia era português, Angola está no Conselho de Segurança não permanente das Nações Unidas, já estiveram Portugal e o Brasil. Outras organizações CDAO, MOU, CDADC, UA, Mercosul, e permitir esta presença dos países estarem presentes. (falta aqui a formação de tradutores e intérpretes na utilização sistemática da Língua Portuguesa, quer ao nível das reuniões de trabalho quer na elaboração de documentos, por serem ações caras) (Neto, 2015).

¹² Já aconteceu com Joaquim Chissano, que em 2014 foi o líder da missão de observadores eleitorais da União Africana na Guiné-Bissau. Neste momento, Miguel Trovoada é o representante das Nações Unidas na Guiné Bissau, e foi renovado o seu mandato por mais um ano. O representante da UA em Bissau é Ovídio Pequeno, ex-MNE de São Tomé e Príncipe. O que demonstra, que a aposta numa política de recursos humanos em lugares chaves nas organizações internacionais é essencial.



- Se por um lado o mecanismo de decisão tem as suas vantagens, mas em determinadas situações quando a identidade não existe pode haver uma obstrução;
- Orçamento incipiente com poucas pessoas com capacidade técnica, por exemplo, 14 pessoas permanentes no Secretariado Executivo;
- Questão de distância entre diversos órgãos, para manter a diversidade de localização pelos diversos Estados membros, tem inconvenientes, e em alguns países a internet não funciona devidamente;
- Ter bons quadros significa, também, ter capacidade de pagar salários condizentes, e a organização tem um orçamento relativamente parco;
- Portugal tem complexo de potência colonial;
- Algumas das localizações de órgão podiam ser maximizadas com outras localizações, exemplo, o CAE no Brasil, devido à sua indústria militar.

c. Síntese Conclusiva

Neste capítulo tivemos como objetivo analisar a Estratégia da CPLP e as Estratégias Setoriais, e verificar como estão desenvolvidas, qual a sua expressão e se estão devidamente alinhadas, no sentido de fortalecer o potencial estratégico da organização. Ou seja, para cada uma das áreas onde são desenvolvidas políticas setoriais, através das Reuniões Ministeriais Sectoriais, que procuramos particularizar e verificar o aprofundamento das Estratégias ou Planos que caracterizam o planeamento integrado das atividades da CPLP. Este é um ciclo integrante do planeamento estratégico sustentado por um pensamento estratégico. Se observarmos de uma forma estatística, existe cerca de 20% de documentos estratégicos aprovados na organização, pelo que se pode afirmar que ainda não existe um pensamento estratégico. No entanto, é necessário verificar se as linhas de ação estratégicas definidas foram executadas, ou seja, as linhas de ação indicam cerca de 20% de estratégia, no entanto a sua execução pode ser inferior (Neto, 2015). Relativamente a um pensamento estratégico lusófono, todos os entrevistados foram perentórios em afirmar que não existe um pensamento estratégico lusófono, ou então, este ainda é incipiente, conforme se indica no apêndice D.

Neste capítulo, a QD3 (Qual a estrutura e modelo de formulação estratégica instituída na CPLP), consideramos confirmada pela Hip3 – A CPLP não têm consolidado um modelo de formulação estratégica, para articular de forma logica, um pensamento



estratégico lusófono, extensível às políticas estratégicas definidas para todos os setores de cooperação, que permita a organização responder através de um Estratégia alinhada.

No próximo capítulo pretendemos analisar o impacto do contexto geopolítico da CPLP, as repercussões na evolução da CPLP bem como determinar a evolução da Estratégia da CPLP para procurar fatores que potenciem o desenvolvimento de um pensamento estratégico lusófono, aplicando as provas da estratégia, adequabilidade (quanto aos *Ends*), exequibilidade (quanto aos *ways*) e aceitabilidade (quanto aos *means/ways*).



5. Análise

“... no verdadeiro Conselho de Estado que reuniu D. João I e os Infantes, apertados pelo Muro de Castela, viram no Mar o objetivo a assumir e conseguir dominar.”

Adriano Moreira, 2014

A CPLP é uma organização recente, que reúne um conjunto de países bastante diferentes, ao nível do desenvolvimento, com estruturas diferentes. O pensamento estratégico lusófono não está devidamente sistematizado, amadurecido, consolidado, e Portugal tem a sua dose de responsabilidade neste processo (Neto, 2015).

O espírito é serem todos iguais e uma das características da Organização é as decisões tomadas por consenso ou unanimidade, o que pode ser vantajoso, ou ser uma grande desvantagem, porque um país que não está de acordo vai adiando até que essa decisão não seja tomada.

Não existe verdadeiramente um pensamento estratégico lusófono, todavia, com a organização a atingir 18 anos no ano transato, precisamente em Díli na capital de Timor-Leste, houve a preocupação de refletir sobre uma visão estratégica da organização para a próxima década. As condições do mundo hoje e dos Estados per si que constituem a organização são completamente diferentes daquelas que existiam aquando da sua formação em 1996, data da criação. Portugal tinha chegado à Comunidade Europeia, o Brasil estava a sair de um processo político complicado, e os restantes países eram muito jovens, a sair de um processo de descolonização relativamente recente (Santos, 2015). Angola e Moçambique com processos de guerra civil, Timor-Leste ocupado por uma potência estrangeira, ainda não faziam parte da CPLP mas com estatuto de observador associado para permitir que as autoridades reconhecidas como tais, pudessem acompanhar os trabalhos da organização.

Em 2015, a organização está num mundo diferente, o Brasil considerado como no grupo dos BRICS, Angola e Moçambique¹³ com a riqueza das suas matérias-primas – o petróleo e o gás – são países que adquiriram um PIB com dimensão diferente de 1996.

Está a repensar-se a política estratégica da CPLP, com um grupo de trabalho que reúne semanalmente, porque é necessário apresentar no próximo Conselho de Ministros a

¹³ Angola, Cabo Verde e Moçambique estão entre os 10 países africanos com maiores crescimentos do rendimento per capita entre 2000 e 2012 (Africa Progress Panel, 2014, p. 15).



realizar em julho em Díli, um relatório sobre o que a organização poderá ser para os próximos 10 anos. Este grupo de trabalho é constituído por diplomatas dos Estados membros em Lisboa. Os discursos dos governantes dos Estados, inclusive de Portugal, apontam para a organização como um desígnio nacional, no entanto, não passam de palavras porque a organização é gerida à la carte. Existe uma falta de apropriação dos países para este projeto, o que torna o pensamento estratégico muito incipiente, não sistematizado (Neto, 2015). Verificámos ainda, se aplicarmos os critérios da adequabilidade¹⁴, aceitabilidade¹⁵ e exequibilidade¹⁶ (provas da estratégia), as linhas de ação estratégicas definidas aumentaram, apenas ligeiramente, acima dos cerca de 20% calculados.

A CPLP tem que ter uma agenda comum, que seja um denominador comum, em que os Estados membros definem os objetivos comuns, dentro dos três pilares que a constituem, a concertação político-diplomática, a cooperação para o desenvolvimento e a cooperação para a área da língua e a cultura. Pensa-se que com a nova visão estratégica, a criação de um quarto pilar, que conduzirá inevitavelmente à revisão dos estatutos, um pilar económico e empresarial, embora possamos considerar que este é caracterizado fundamentalmente por iniciativas das empresas, das forças vivas da sociedade e não por decreto dos Estados (Neto, 2015). Estes podem, quando muito, criar enquadramentos legais para que a atividade e o ambiente económico se possa desenvolver. Este processo começou em 2012, com o início de reuniões ministeriais entre os ministros que tutelam as pastas do comércio nos respetivos países, para o levantamento de ideias para a criação deste braço económico.

Nesse sentido, apesar de sua existência relativamente curta, a CPLP demonstra a evolução da sua maturidade política para marcar o espaço lusófono no mundo das organizações internacionais. Foi possível detetar a preocupação na promoção do diálogo não só interno, entre países membros, mas também com outros interlocutores regionais e internacionais.

Da análise ao capítulo 2, foi possível verificar que o processo de globalização e a consequente permeabilidade das fronteiras proporcionou maior prosperidade para alguns Estados, mas também novas dinâmicas de insegurança, com efeitos sentidos à escala

¹⁴ A estratégia proposta permite à CPLP enfrentar os desafios impostos pelas dinâmicas de insegurança.

¹⁵ As suas componentes (estrutura e meios) já existem na CPLP.

¹⁶ Permite a aplicação das linhas de ação.



global. Emergiram novos riscos e ameaças, das quais se destacam o terrorismo transnacional, o crime organizado transnacional associado ao tráfico de droga, as ciberameaças, o fenómeno da pirataria, e riscos provocados utilização abusiva dos recursos ou pela degradação ambiental, e agravado pelas alterações climáticas. Estas são riscos e ameaças efetivas comuns à segurança da comunidade lusófona. Não quer isto dizer que podemos esquecer as “velhas” ameaças, as ameaças convencionais, no entanto, elas não são únicas, não são é, evidentemente, as principais. Outras organizações como a UE, a OTAN, a UA, a ONU, entre outras, também se encontram em mudanças para enfrentar as ameaças emergentes deste novo mundo global. Isto significa que estamos num momento de viragem, uma oportunidade para definir uma estratégia de cooperação e colaboração mais próxima e estreita entre os Estados membros no domínio da Defesa e Segurança, para permitir enfrentar os desafios que se vislumbram, e simultaneamente, promover o desenvolvimento de um pensamento estratégico lusófono.

Da análise realizada, foram identificadas ameaças e riscos comuns, é evidente, que na área da Defesa deveriam estar definidos documentos estratégicos que orientassem uma política de colaboração e cooperação multilateral que, pudesse colmatar as lacunas existentes em diversos países, mas mais importante, que promovesse a edificação de capacidades e apontando caminhos que, na nossa modesta opinião, poderiam contribuir para aumentar as sinergias e conferir uma outra dimensão aos aspetos securitários no quadro institucional da CPLP, projetando a organização para outros desafios. Entendemos que o Mar, como à cinco séculos atrás, comum a todos os Estados, é o denominador para lançar as bases de um pensamento estratégico lusófono.

Ao analisarmos a CPLP, esta tem uma visão estratégica para a organização definida no documento “Cooperação na CPLP – Uma Visão Estratégica de Cooperação Pós-Bissau”, que é atualizada em cada Cimeira de Chefes de Estado e de Governo que se vão realizando, fruto “da evolução da própria Organização e do contexto internacional” (CPLP, 2012a, p. 2). Neste documento estão aprovados os princípios e os objetivos estratégicos que norteiam a organização, que procuram melhorar a cooperação através de todos os instrumentos disponíveis. A estratégia preconizada que se deve sustentar na harmonização, no alinhamento das mais diversas áreas de intervenção, com base na “Estratégia Geral de Cooperação”, que enquadra os Planos Estratégicos de Cooperação. Este documento pretende ainda promover a cooperação multilateral e intracomunitária, para que sejam desenvolvidas atividades para alcançar com eficácia os resultados ambicionados.



Neste contexto, analisamos todos os documentos oficiais desenvolvidos e aprovados pelas Reuniões Ministeriais Setoriais, que são constituídas pelos ministros e secretários de Estado dos diferentes setores governamentais. Se fizermos uma analogia ao modelo de gestão estratégica preconizada por Hunger e Wheelen, as políticas setoriais representadas e definidas pelas Reuniões Ministeriais Setoriais, são o último passo no desenvolvimento de um pensamento estratégico. Dos 23 setores organizacionais da estrutura da CPLP, apenas 4 têm aprovados documentos Estratégicos para as respectivas áreas. Os documentos estratégicos orientadores das políticas a praticar são: no setor dos Assuntos do Mar com a “Estratégia da CPLP para os Mares”, em que podemos considerar que o setor das Pescas está incluído; o setor da Ciência e Tecnologia com o “Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino superior da CPLP (2014-2020)”;

o setor da Cultura com o “Plano estratégico de Cooperação Cultural Multilateral da CPLP e respetivo Plano de Ação 2014-2020”; e o setor da Saúde que dispõe do “Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PESC/CPLP) 2009-2012”, mas que foi aprovado a sua extensão; destaque ainda para o setor da Educação, que demonstrou a intenção de aprovar o seu Plano Estratégico a curto prazo. A CPLP dispõe atualmente de cerca de 22% de estratégia, pelo que consideramos que o pensamento estratégico lusófono é incipiente.

Da entrevista com o Professor Adriano Moreira (2015), percebe-se, que o mar e os oceanos podem ser novamente o farol que orienta o caminho para o pensar os grandes objetivos nacionais e fortalecer o pensamento estratégico lusófono, tal como foi, nos chamados séculos de ouro, entre 1415, com a aventura de Ceuta e o início do século XVII. Notando a evidência de que todos os Estados da CPLP são marítimos, aqui encontram-se importantes recursos disponíveis, os transportes marítimos continuam a ter um papel fundamental e crescente na economia global, incluído os saberes no domínio da formação e investigação, o potencial turístico, todo um conjunto de fatores que a pensar numa defesa cooperativa multilateral através de uma Armada sob bandeira da CPLP, fundamental na proteção e exploração da extensa plataforma continental, promovendo as relações bi e multilaterais preexistentes, dentre outras.

Como se pode constatar, a CPLP é um espaço de cooperação sustentado numa língua comum e num conhecimento onde se destacam séculos de convergência histórica e cultural que reforçam a sua coesão. Estes são os constituintes fundamentais, no entanto, é indispensável a definição de objetivos claros, uma estratégia política, com o empenhamento de todos os Estados membros que reflita uma unidade lusófona.



Percebe-se que para desenvolver um pensamento estratégico lusófono, este só tem condições para crescer, se enquanto comunidade, o conceito incluir conteúdos económicos, políticos, culturais e militares, entre outros. É necessário que estes produzam complementaridades, formas de solidariedade de todo o espectro que potenciem uma instituição e conseqüentemente uma comunidade consolidada. É fundamental um projeto que subordine os interesses particulares dos países membros num pensamento estratégico que os supere.

A CPLP, como instrumento de concertação estratégica, tem agora uma oportunidade única de se afirmar, aprofundar e projetar. Para a Dr.^a Ana Neto, sem dúvida que o desenvolvimento de um pensamento estratégico lusófono só pode passar pela designação de uma comissão constituída por distintas e proeminentes personalidades de um vasto conjunto de áreas dos vários Estados membros. Esta comissão deverá incluir académicos, altas patentes militares que servem e serviram os seus países, mas também associações, Fundações, empresários, instituições de reconhecido prestígio, que com o seu saber e responsabilidades concretas podem refletir sobre o que é a lusofonia, entendê-la, perceber as suas debilidades, condicionantes e as suas potencialidades.

Da análise ao ambiente externo e interno no quinto capítulo, ficou claro, que é fundamental uma agenda comum em que os Estados membros se revissem e considerassem que os seus interesses eram mais bem defendidos e até potenciadores de vantagens se tratados multilateralmente no quadro da comunidade.

Após a análise SWOT, descrita no apêndice F, constatou-se um conjunto de linhas de ação estratégicas, das quais entende-se importante fazer-lhes referência. No âmbito da concertação estratégica, devia-se apostar na criação de mecanismos que agilisassem respostas rápidas e concertadas a situações de crise e de conflito, e temos o exemplo da Guiné-Bissau em que a CPLP reage tardiamente, apenas com meras palavras, sem na prática intervir. O representante em Bissau, que acompanhou todo o processo eleitoral, e neste momento acompanha o processo de consolidação, é uma personalidade pró-portuguesa, que foi Secretário-executivo da CPLP, o Engenheiro Domingos Névoa.

É essencial pensar em medidas como: apostar em candidaturas de cidadãos de países da CPLP a postos chaves de organizações internacionais; ao nível da concertação entre MNE e MAI ou do Interior, na efetiva aplicação de acordos de circulação de pessoas para promover a sua circulação; apostar na capacitação dos recursos humanos e no reforço das instituições dos Estados membros, e sobretudo Portugal e o Brasil, têm uma responsabilidade porque têm quadros que poderiam fazer essa formação, porque sem



Estado não se consegue governar, não se consegue evitar a violação dos Direitos Humanos, situações de corrupção e todos os outros problemas que decorrem daí.

No plano de ação cultural e Língua Portuguesa, devia-se apostar no ensino básico, na formação de professores, principalmente de professores de Língua Portuguesa, porque é a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, e tem que transportar a Língua às populações, às crianças do interior e mesmo em alguns países com lacunas nesta área, uma Língua que é o primeiro cimento desta organização. A que se deve aliar as novas tecnologias.

Apostar numa comunicação social que tenha líderes de opinião que falem da organização, que pensem também a organização.

Aproveitar o que também nos une, a literatura e a música. Estes ingredientes fazem parte de uma identidade histórica, e que servirá de ligação entre a comunidade e perpetuará a identidade lusófona. Sensibilizar os jovens para a lusofonia, um cimento que não pode desaparecer.

Investir no setor da Segurança e Defesa perante as novas ameaças e riscos, e turbulência que se verifica na política internacional, o que torna este setor vital cada vez mais importante para a CPLP e que tem funcionado bem, com particular evidencia para a formação, o exercício FELINO, entre outras iniciativas e projetos.

É essencial conhecer uma comunidade, a sua História, as fraquezas e virtudes, os seus heróis, mas também as suas quedas, mas que sempre soube e conseguiu inverter. Só assim podem ser lançadas as bases para edificar e desenvolver um pensamento livre, que procure com lucidez, ambicionar um futuro melhor, através da definição de linhas de ação mestras com o peso decisivo do seu saber.

Portugal optou por voltar-se para a Europa, como principal parceiro na sua política externa, mas a própria Europa está a braços com uma profunda crise económica e financeira, eventualmente, por falta de um pensamento estratégico para a própria UE. E agora, é de novo o Muro de Castela, representado pelo ressuscitado limes romano, e o assomo diretivo da Alemanha, apontam o Mar esquecido como fator fundamental de um conceito estratégico a definir e assumir (Moreira, 2013, p. 151). É assim evidente, a necessidade de construção de uma coesão forte na CPLP, com oportunidades em todos os domínios, desde económicos, militares, culturais, científicos, entre outros, mais viável se torna a realização de um futuro que queremos que seja melhor para todos.



Conclusões

“A lusofonia é, antes do mais, um estado de espírito, que está presente na naturalidade com que constatamos, sem surpresa, que nenhum de nós é estrangeiro perante o outro e que jamais nos sentimos ou sentiremos estrangeiros, na terra do outro.”
Aníbal Cavaco Silva, 2014 (comemorações dos 18 anos da CPLP)

A importância do tema é indubitável, como pode ser comprovado pela unanimidade em querer “contribuir para o reforço dos laços humanos, a solidariedade e a fraternidade entre todos os povos que têm a Língua Portuguesa como um dos fundamentos da sua identidade específica”¹⁷.

A linha que orientou este trabalho foi a questão central: “Quais são as linhas de ação estratégicas da CPLP, que podem contribuir para a edificação de um pensamento estratégico lusófono?”. A sua elaboração iniciou com uma fase de exploração, durante a qual foram realizadas leituras e entrevistas exploratórias, sustentadas na sua experiência pessoal.

A resposta à questão central foi iniciada com enquadramento, procurando dar corpo ao modelo metodológico sustentado por um conjunto de conceitos. No segundo capítulo, procuramos identificar as diversas ameaças e riscos no contexto geopolítico da CPLP, e quais as dinâmicas estratégicas e de segurança, e os consequentes procedimentos que se exigem hoje através de numerosas exigências de mudança, que se colocam no quadro da CPLP, ou o novo mundo como o conhecemos poderá perder o sentido da segurança. Desta forma respondeu-se à segunda questão derivada, validando a correspondente hipótese.

No terceiro capítulo, procurou-se identificar e analisar a arquitetura organizacional da CPLP e caracterizar a sua evolução. Desta forma respondeu-se à segunda questão derivada, validando a respetiva hipótese.

No quarto capítulo, procuramos identificar os procedimentos no âmbito da formulação estratégica da CPLP, caracterizar vários aspetos relacionados com a política estratégica, dedução dos objetivos estratégicos da Organização, a definição e o conteúdo da doutrina e das políticas setoriais dos diversos ministérios. Desta forma foi possível responder à terceira questão derivada, de acordo com a respetiva hipótese de trabalho formulada, que se considera assim, validada.

¹⁷ Declaração Constitutiva da CPLP.



Da resposta às três questões derivadas, e analisado o problema foi possível atingir o propósito deste trabalho, na medida em que se pretende contribuir para o desenvolvimento de um pensamento estratégico lusófono, possibilitar perceber melhor a necessidade de integração de um entendimento aprofundado em Estados membros, que proporcione linhas de ação para a materialização de um pensamento estratégico comum que fortaleça e promova a coesão de uma comunidade perpetuada pela Língua Portuguesa, com séculos de História.

A comunidade nasceu com sete países, nomeadamente, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, foi crescendo e em 2002 Timor-Leste integrou-se na organização, e em 2014 ocorreu a entrada da Guiné-Equatorial. Estamos na presença de uma organização constituída por 9 países, descontínuos geograficamente, pertencentes a 4 continentes diferentes, com estruturas internas diversas, níveis de desenvolvimento distintos, mas com o mar como fator comum, e mais importante, sempre desenvolveram graus de cooperação e de diálogo, sustentados por uma língua perpetuada por cinco séculos de história.

A criação da CPLP é a formalização de uma organização com uma estratégia, com objetivos políticos setoriais definidos, que culminam com a promoção de atividades, programas e projetos que contribuem para a afirmação de uma identidade lusófona, mas que muito ainda existe por fazer.

Após esta abordagem inicial em que foram constatados os objetivos políticos, culturais, sociais, militares de cooperação em que a CPLP se encontra sustentada, a investigação teve como propósito analisar, se existe um pensamento estratégico lusófono, e se o ideário lusófono, permite potenciar o seu desenvolvimento.

Não se pretende analisar questões estruturais do âmbito operacional, nem tão pouco inferir sobre e como as atividades são desenvolvidas. A nossa linha de análise está no nível estratégico, no seguimento do título do trabalho.

Analisadas diversas fontes de documentação, provenientes da CPLP, de investigadores, académicos e especialistas que abordam a matéria, entrevistas, bibliografia e de dados obtidos em pesquisas na internet chegou-se à conclusão que o pensamento estratégico lusófono é incipiente.

Esta falta de estratégia não potencia devidamente os objetivos da Declaração Constitutiva e penaliza evidentemente a organização, os Estados, e a Língua Portuguesa que é falada por mais de duzentos milhões de pessoas, a língua que é o cimento agregador da comunidade. Não obstante, na sequência da investigação, foi possível identificar a clara



preocupação de desenvolver o pensamento estratégico lusófono e redescobrir um novo caminho alicerçada no saber, nos recursos humanos e financeiros necessários para o desenvolvimento da língua portuguesa, das culturas lusófonas, do desenvolvimento económico, do bem-estar e segurança das populações.

Ao analisarmos a evolução da Organização e os textos oficiais que foram consecutivamente aprovados, identifica-se a utilização frequente de alguns termos, nomeadamente, a difusão e promoção da Língua portuguesa, a cooperação multilateral e a concertação político diplomática. Isto demonstra que a Comunidade já sabia o que queria obter através da criação CPLP, e que com a evolução e amadurecimento, tem a noção que é fundamental um pensamento estratégico lusófono.

Se no passado a cooperação era percecionada como a herança de questões de consciência ou de natureza humanitária, consequência do processo de descolonização, hoje, a cooperação é entendida como consequência do ADN que liga a comunidade lusófona através da língua, da História, da cultura, mas igualmente justificada pela conjuntura atual, associada a motivos económicos e de natureza estratégica.

Como identificamos neste trabalho, a comunidade lusófona está exposta e/ou pode ser afetada por conflitos de natureza intraestatal, por ameaças transnacionais, como o terrorismo transnacional, o crime organizado transnacional, imigração ilegal, a pirataria, as ciber-ameaças, que se constituem como fatores de instabilidade e que ameaçam as instituições nacionais, a Segurança e Defesa interna e o próprio sistema regional e internacional. Está presente nos objetivos estratégicos dos Estados, as políticas de cooperação e colaboração como essenciais a uma estratégia de desenvolvimento, sustentada pela garantia da Defesa e Segurança num contexto de globalização.

No âmbito do tema em estudo, podemos inferir que a Defesa é um vetor essencial para a sua edificação e dinamização, cuja ideia chave e o caminho que tem que ser abordado e tratado é o quadro multilateral, mas no qual, Portugal e Brasil têm um papel fundamental. Estamos assim na presença de desafios para os quais a CPLP não está preparada. São desafios que se devem aproveitar, tendo em conta a escala, meios e oportunidades. Pretende-se demonstrar, que estas tendências associadas a novas ameaças, perfilam redefinições doutrinárias e redirecionamento profundos aos conceitos estratégicos de defesa, que não existe na CPLP. Estas novas orientações vão desde o treino militar, tipologia e características do armamento, da definição de missões atribuídas às forças de operações especiais, aos serviços de informação, e garantir uma capacidade de resposta a situações de emergência e catástrofes. Este novo tipo de ameaças, exige uma



cooperação, colaboração e articulação mais estreita entre os Estados membros da CPLP, por forma a conseguir “cobrir” as lacunas nas estruturas de cada país e os desafios que se avizinham. Importa então, e atravessamos um momento que é uma excelente oportunidade, para reconfigurar ou edificar, bem, um pensamento estratégico

O mundo hoje é diferente do que era à alguns anos atrás, obrigando a realizar ajustes na formulação do pensamento estratégico. Se os interesses e objetivos da CPLP continuam os mesmos, a conjuntura atual alterou-se. Fazendo uma analogia ao processo de Formulação Estratégica: “sabemos onde estamos”, “sabemos para onde queremos ir”, é necessário “saber como vamos”.

A CPLP é uma organização onde uma comunidade lusófona coesa e forte, através de medidas estruturais e estratégico organizacional, pode dar resposta aos novos desafios que se afiguram, contribuindo seguramente para a afirmação regional, no sistema internacional, para a boa governação e desenvolvimento sustentado.

Não podemos terminar sem apresentar propostas muito concretas, com base na análise SWOT e das linhas de ação identificadas no apêndice F, que parecem importantes para consolidar a CPLP e a lusofonia, torná-la mais forte, coesa e preparada para as mudanças neste novo sistema internacional.

- É fundamental a aproximação clara e a vontade política para que o triângulo estratégico Portugal, Brasil e Angola, seja dinamizador de uma estratégia que ligue os três grandes espaços de diferentes continentes, funcionando simultaneamente como o motor da CPLP;
- Clarificar o processo de formulação estratégica da CPLP e eventualmente definir um modelo que desenvolva, com base numa política comum e doutrina estratégica, a arquitetura que proporcione a harmonização e simplificação de todo o processo de decisão, e que simultaneamente, garanta a continuidade entre o pensamento estratégico e a sua operacionalização;
- É fundamental uma agenda comum em que os Estados membros se revissem e considerassem que os seus interesses bilaterais eram mais bem defendidos e até potenciadores de vantagens se tratados multilateralmente no quadro da comunidade;
- Estar em várias organizações internacionais, apostar em personalidades lusófonas em lugares chave de decisão, para fazer ouvir a nossa voz e tornar-nos mais fortes;



- Apostar na capacitação dos recursos humanos e no reforço das instituições dos Estados membros, porque sem Estado não se consegue governar;
- Aproveitar o que também nos une, a literatura e a música. Estes ingredientes fazem parte de uma identidade histórica, e que servirá de ligação entre a comunidade e perpetuará a identidade lusófona. Sensibilizar os jovens para a lusofonia, um cimento que não pode desaparecer;
- Apostar numa comunicação social que tenha líderes de opinião que falem da organização, que pensem também a organização;
- Investir no setor da Segurança e Defesa perante as novas ameaças e riscos, e turbulência que se verifica na política internacional;
- Identificar as “janelas de oportunidade” da CPLP, nomeadamente, o mesmo Mar que em 1415 nos levou à “conquista do mundo”, e uma linha de atuação ao nível do ensino, ensino superior, seja universitário, militar politécnico, público ou privado. Considera-se que estas são áreas de saber e sabedoria que consolidarão certamente a identidade lusófona; para transportar a Língua às populações, uma Língua que é o primeiro cimento desta organização.

Acreditando ter respondido à QC, espero que esta investigação contribua para refletir sobre o desenvolvimento de um pensamento estratégico lusófono, porque representa a continuidade do papel que Portugal iniciou há cinco séculos atrás, quando partiu à conquista do mundo, tornando-se a primeira potência mundial. O prestígio internacional da CPLP está associado à Histórias dos seus Estados membros, mas o seu futuro depende das suas capacidades, ações e do seu pensamento. É um esforço coletivo, orientado para o futuro, tal como a conjuntura atual o exige. É essencial um pensamento estratégico comum, que reflita um conjunto de medidas estruturais, medidas essas mais multilaterais e menos bilaterais, numa sinergia de esforços que complemente as lacunas de cada um dos seus Estados membros.

O pensamento estratégico lusófono ainda está muito incipiente. Sem dúvida que a lusofonia é muito mais abrangente e extravasa a CPLP, mas o desenvolvimento de um pensamento estratégico lusófono só é possível dentro de uma organização que o pense de forma estruturada, organizada, concertada, metódica, que promova uma reflexão através por exemplo, da criação de uma comissão que inclua todos os círculos, desde académicos, políticos, militares, culturais, intelectuais de todos os Estados membros, para promover e incentivar a sua participação, e este é um dos desafios que se coloca ao futuro da comunidade, que é a nossa comunidade.



BIBLIOGRAFIA

ACL, 2005. *Dicionário Temático da Lusofonia*. Lisboa: Texto Editores.

Adler, E. & Barnett, M., 1998. *Security Communities*, United Kingdom: Cambridge University Press.

Africa Progress Panel, 2014. *Relatório do Progresso em África de 2014*, Geneva: Africa Progress Panel.

Azevedo, F., 2015. *O pensamento estratégico lusófono e a CPLP* [Entrevista] (17 Abril 2015).

Barroso, L., 2013. *La Comunidad de Lengua Portuguesa y el Desarrollo de África*. Spain: Instituto Español de Estudos Estratégicos.

Bernardino, L. M. B., 2008. *Estratégias de Intervenção em África: Uma Década de Segurança e Defesa na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Lisboa: Prefácio.

Bispo, A. d. J., 2006. *O Pensamento Estratégico Nacional na Actualidade*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.

Borges, J. V., 2006. *Pensamento Estratégico Português*. Lisboa: Prefácio.

Borges, J. V., 2013. *O Terrorismo Transnacional e o Planeamento Estratégico de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América*. 1ª ed. Lisboa: Fronteira do Caos Editores.

Brasil, G. d., 2012. *Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília: s.n.

Bryman, A., 2012. *social research methods*. 4ª Edição ed. Oxford: Oxford University Press.

Centro Português de Geopolítica, 2011. *Geopolítica o espaço da CPLP*. Lisboa: ISCIA - Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração.

Corbari, G., 2015. *O pensamento estratégico lusófono e a CPLP* [Entrevista] (10 Abril 2015).

Couto, A. C., 1988. *Elementos de Estratégia - Volume I e II*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.



CPLP, 2015a. *Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa*. [Online] Available at: <http://www.cplp.org/id-3869.aspx> [Acedido em 29 03 2015].

CPLP, 2015b. *Observadores Associados*. [Online] Available at: <http://www.cplp.org/id-2765.aspx> [Acedido em 22 04 2015].

CPLP, 2014a. *Plano Estratégico de Cooperação Cultural Multilateral da CPLP e respetivo Plano de Ação (2014-2020)*. Lisboa: Secretariado Executivo da CPLP.

CPLP, 2014b. *VIII REUNIÃO DE MINISTROS DA EDUCAÇÃO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA*. Maputo: Secretariado Executivo da CPLP.

CPLP, 2014c. *Resolução sobre a continuidade do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS/CPLP) até 2016*. Maputo: Secretariado Executivo da CPLP.

CPLP, 2013a. *Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP (2014-2020)*. Maputo: Secretariado Executivo da CPLP.

CPLP, 2013b. *XII Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa - Ata Final*. Lisboa: Secretariado Executivo da CPLP.

CPLP, 2012a. *Cooperação na CPLP - Uma Visão Estratégica de Cooperação Pós Bissau*, Lisboa: Secretariado Executivo da CPLP.

CPLP, 2012b. *V Reunião dos ministros do Ambiente dos Países de Língua Portuguesa*. Sal: Secretariado Executivo da CPLP.

CPLP, 2009a. *Estratégia da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa para os Oceanos*. Lisboa: Secretariado Executivo da CPLP.

CPLP, 2009b. *XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Cidade da Praia: Secretariado Executivo da CPLP.

CPLP, 2007. *Acordo de Cooperação no Domínio da Juventude e do Desporto*. Cabo Verde: Secretariado Executivo da CPLP.

EME, 2012. *PDE 3-00 Operações*. Lisboa: Exército Português.

Ferreira, J. J. B., 2011. Os Espaços Estratégicos de Interesse para Portugal. *Revista Militar*, Fevereiro/Março, pp. 231-270.

FFP, 2014. *Fund for Peace*. [Online] Available at: <http://ffp.statesindex.org/rankings-2014> [Acedido em 26 dezembro 2014].



Fonseca, L. M. M. d., 2011. A CPLP e a Lusofonia. *Geopolítica - o espaço da CPLP*, Novembro, pp. 21-32.

Fontoura, L., 2013. *Segurança e Defesa Nacional - Um Conceito Estratégico*. Lisboa: Almedina.

Gaivão, L. M. d. M. e. M. d. M., 2010. *CPLP: a cultura como principal factor de coesão*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Garcia, F. P., 2010. *Da Guerra e da Estratégia a Nova Polemologia*. Lisboa: Prefácio.

Governo de Portugal, 2013. *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Lisboa: Diário da República.

Gray, C. S., 2010. *The Strategy Bridge: Theory for Practice*. 1st ed. Oxford: Oxford University Press.

Guedes, A. M., 2012. From Deregulation to decentering in the South Atlantic and the construction of "Lusofonia". *JANUS*, Volume 3, pp. 1-36.

Huntington, S. P., 2003. *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. New York: Simon and Schuster Paperbacks.

IMF, 2015. *World Economic Outlook*, Washington, USA: International Monetary Fund, Publication Services.

INE, 2014. *Dia Internacional da Juventude*, Lisboa: Instituto nacional de Estatística.

INPI, 2008. *Portal da Lusofonia*. [Online] Available at: <http://www.portal-lusofonia.org/content/view/31/51/> [Acedido em 03 04 2015].

Instituto Internacional da Língua Portuguesa, 2015. *Instituto Internacional da Língua Portuguesa*. [Online] Available at: <http://iilp.cplp.org/iilp.html> [Acedido em 03 04 2015].

Keohane, R. O. & Nye, J. S., 1989. *Power and Interdependence*. Second Edition ed. California: Scott, Foresman.

Kissinger, H., 2014. *A Ordem Mundial*. EUA: Dom Quixote.

Moreira, A., 2013. *Memórias do Outono Ocidental, Um Século sem Bússola*. Lisboa: Almedina.

Moreira, A., 2015. *O pensamento estratégico lusófono e a CPLP* [Entrevista] (31 Março 2015).



Mota, M. V. P. C. d., 2009. *Brasil, Portugal e a CPLP: Possíveis estratégias internacionais no século XXI*. São Paulo, Brasil: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.

Neto, A. M., 2015. *O pensamento estratégico lusófono e a CPLP* [Entrevista] (16 Abril 2015).

Neves, M. S., 2013. A China e a Índia no Atlântico Sul. *Relações Internacionais* n° 38, junho.

Pires, N. L., 2015. *As Forças Armadas e o Terrorismo Transnacional*. Lisboa: s.n.

Ribeiro, A. S., 2008. processo de Formulação da Estratégia de Defesa Nacional. *Boletim N.º5 - IESM*, Novembro, pp. 4-46.

Ribeiro, S., 2011. *A Lusofonia – Uma Questão Estratégica Fundamental para Portugal*, Lisboa: Sociedade de Avaliação Estratégica e Risco, Lda.

Rodrigues, A. R., 2014. A segurança no Golfo da Guiné. *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*, 7 Julho, pp. 1-15.

Rodrigues, A. R., 2014. A segurança no Golfo da Guiné. *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*, 11 julho, p. 1 a 15.

Rosa, B., 2010. Visões globais para a Defesa. *Política de Defesa de Angola*, 27 Abril, pp. 71-77.

Rose, M., 2015. *Our world in data*. [Online] Available at: <http://ourworldindata.org/data/war-peace/war-and-peace-after-1945/> [Acedido em 22 04 2015].

Rotberg, R. I., 2004. *When States Fail, Causes and Consequences*. 1ª Edição ed. USA: Princeton University Press.

Santos et al, L. A. B. d. S. F. T. M. J. M. M. d. V. L. N. M. P. d. S. J. C. d. V. F. d. S. C. F. A., 2014. *Orientações Metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.

Santos, M., 2015. *O pensamento estratégico lusófono e a CPLP* [Entrevista] (07 Abril 2015).

Secretariado Executivo A, 2010. *Plano Indicativo do Fundo Especial*, Lisboa: CPLP.

Secretariado Executivo da CPLP, 2014. *18 anos de CPLP*. Lisboa: Secretariado Executivo da CPLP.



UNESCO, 2015. *Culture*. [Online] Available at: <http://www.unesco.org/languages-atlas/> [Acedido em 23 Abril 2015].

Vaz-Pinto, R., 2014. *Os Portugueses e o Mundo*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Zucatto, G. E. & Baptista, M., 2014. *Pirataria no Golfo da Guiné*. Brasil: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.



Anexo A – Curriculum ou Funções desempenhadas pelos entrevistados

Tabela 2-Curriculum ou Funções desempenhadas pelos entrevistados

Fonte: (Autor, 2015)

Entrevistado	Funções desempenhadas ou Curriculum
Professor Doutor Adriano Moreira (Moreira, 2015)	Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa. Doutor pelo ISCSP e Doutor em Direito pela Universidade Complutense. Antigo delegado à ONU (1957/1959). Ministro do Ultramar (1961/1963). Deputado e Vice-Presidente da Assembleia da República (1979/1995). Professor do Instituto Superior Naval de Guerra (até à sua extinção). Professor da Universidade Católica Portuguesa. Presidente Honorário da Sociedade de Geografia de Lisboa e da Academia Internacional da Cultura Portuguesa. Presidente da Academia de Ciências de Lisboa, e Professor do Instituto de Estudos Superiores Militares. Doutor Honoris Causa por várias universidades nacionais e estrangeiras, com vasta bibliografia nas áreas das Relações Internacionais, Ciência Política e Estratégia.
Embaixador, Dr.º Mário Santos (Santos, 2015)	Embaixador Representante Permanente de Portugal junto da CPLP
Ana Maria Neto (Neto, 2015)	Iniciou a sua carreira profissional como professora universitária. Desempenhou funções na Representação Permanente de Portugal em Bruxelas, durante 4 anos. É desde 2003, assessora Político-Diplomática do Secretário Executivo da CPLP.
Embaixador, Dr.º Francisco Azevedo (Azevedo, 2015)	Embaixador Diretor do Centro de Análise Estratégica da CPLP
Maj Inf (Brasil) Glauco Corbari Corrêa (Corbari, 2015)	Major do Exército brasileiro



Anexo B – Conceitos Estratégicos, documentos estruturantes ou artigos publicados sobre as ameaças e riscos para Angola, Brasil e Portugal

Tabela 3- Conceitos Estratégicos, documentos estruturantes ou artigos publicados sobre as ameaças e riscos para Angola, Brasil e Portugal
Fonte: (Autor, 2015)

PAÍSES	POLÍTICAS DE DEFESA
<p>PORTUGAL (Governo de Portugal, 2013)</p>	<p>Portugal depara-se com ameaças de natureza global que podem pôr diretamente em causa a sua segurança, como sejam:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>O terrorismo</i>, uma vez que a liberdade de acesso e a identidade de Portugal como uma democracia ocidental podem tornar o país um alvo do terrorismo internacional; - <i>A proliferação de armas de destruição maciça</i>, que representa uma ameaça mais imediata e preocupante na medida em que tal leve à sua eventual posse por grupos terroristas, ou resulte em crises sérias na segurança regional de áreas vitais; - <i>A criminalidade transnacional organizada</i>, uma vez que a posição geográfica de Portugal como fronteira exterior da UE e o vasto espaço aéreo e marítimo sob sua jurisdição lhe impõem particulares responsabilidades; - <i>A cibercriminalidade</i>, porquanto os ciberataques são uma ameaça crescente a infraestruturas críticas, em que potenciais agressores (terroristas, criminalidade organizada, Estados ou indivíduos isolados) podem fazer colapsar a estrutura tecnológica de uma organização social moderna; - <i>A pirataria</i>, não só pela dependência energética e alimentar e pela importância do transporte marítimo para a economia nacional, mas também pelas crescentes responsabilidades nacionais na segurança cooperativa dos recursos globais. <p>Portugal está sujeito aos mesmos riscos ambientais e tem que melhorar a sua capacidade de prevenção, adaptação e resposta rápida aos seguintes desafios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Alterações climáticas, riscos ambientais e sísmicos</i>, que, quer pelos efeitos destrutivos, quer pelo seu impacto potencialmente prolongado, podem afetar seriamente a capacidade de Estados, sociedades e economias continuarem a funcionar de forma normal e segura; - <i>Ocorrência de ondas de calor e de frio</i>, com potenciais efeitos na morbilidade e mortalidade da população; - <i>Atentados ao ecossistema, terrestre e marítimo</i>, como sejam a poluição, utilização abusiva de recursos marinhos e incêndios florestais; - <i>Pandemias e outros riscos sanitários</i>, capazes de criar não só números significativos de vítimas, como de causar problemas de segurança adicionais pelo pânico que podem gerar.
<p>BRASIL (Brasil, 2012)</p>	<p>“Ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas passaram a influir no ambiente internacional deste século. As implicações para a proteção da soberania, ligadas ao problema mundial das drogas e delitos conexos, a proteção da biodiversidade, a biopirataria, a defesa cibernética, as tensões decorrentes da crescente escassez de recursos, os desastres naturais, os ilícitos transnacionais, os atos terroristas e a atuação de grupos armados à margem da lei explicitam a crescente transversalidade dos temas de segurança e de defesa.”</p> <p>“Um cenário internacional caracterizado por incertezas tem influência direta tanto na definição da política externa brasileira, quanto em sua política de defesa. O fenómeno da globalização trouxe consigo o agravamento de ameaças de naturezas distintas, como o narcotráfico, o tráfico de armas e a pirataria marítima, que põem à prova a capacidade do Estado. O agravamento da crise económico-financeira internacional indica também uma possível deterioração das condições sociais, energéticas e ambientais, com evidentes reflexos para a paz e segurança no mundo.”</p> <p>“Prevenção e combate às novas ameaças, bem como no combate ao narcotráfico, ao contrabando de armas, aos ilícitos transfronteiriços e ao crime organizado.”</p>
<p>ANGOLA (Rosa, 2010) (Armindo Bravo da Rosa Brigadeiro. Director Geral do IDN de Angola Comunicação proferida, no IDN</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Terrorismo transnacional; • Instabilidade política; • Instabilidade económica e social; • Conflitos fronteiriços e territoriais; • Tensões étnicas; Lutas internas pelo poder; • Proliferação de armas de destruição em massa; • Imigração ilegal; • Crime organizado, ressaltando-se o narcotráfico. <p>“...risco para a segurança de qualquer Estado, a República de Angola, como membro das Nações Unidas, União Africana e integrada nos blocos regionais da SADC e CEEAC, partilha as mesmas ameaças e riscos que afetam a estabilidade e a segurança de África, para além de outros factores internos e externos.</p> <p>Nigéria – Camarões; Benin – Níger; Guiné Equatorial – Gabão; Etiópia – Eritreia; Tchad – Sudão; RDC – Rwanda – Burundi – Uganda.”</p>



Anexo C – Caracterização dos Estados membros

Tabela 4- República Popular de Angola

Fonte: (Secretariado Executivo da CPLP, 2014, p. 42)

REPÚBLICA DE ANGOLA

Capital: Luanda	
Outras cidades importantes: Huambo, Lobito, Cabinda, Benguela, Lubango, Malange.	
Data da actual Constituição: O MPLA adotou uma Constituição de Independência em Novembro de 1975, alterada em Outubro de 1976, Setembro de 1980, Março de 1991, Abril e Agosto de 1992 e Novembro de 1996.	
Língua oficial: Português	
Unidade monetária: Kwanza (Kz).	
Recursos Económicos: Angola possui uma grande diversidade de recursos naturais. Estima-se que seu subsolo tenha 35 dos 45 minerais mais importantes do comércio mundial, entre os quais se destacam petróleo, diamantes e gás natural. Há também grandes reservas de fosfato, ferro, manganésio, cobre, ouro e rochas ornamentais, além de uma grande produção pecuária. A cultura do café e o petróleo representam 90 por cento das exportações. As principais bacias de petróleo em expansão situam-se junto à costa nas províncias de Cabinda e Zaire, no norte do país. As reservas de diamantes nas províncias da Lunda Norte e Lunda Sul são admiradas por sua qualidade e considerada uma das mais importantes do mundo. Nos serviços, o potencial turístico é incomensurável.	


Área total	km ²	1 246 700,0
População	habitantes	17 429 637
Densidade populacional	hab./km ²	14,0
Capital		Luanda
População residente na capital	habitantes	4 938 012
Produto Interno Bruto – PIB (nominal)	106 USD	82 471,0
Produto Interno Bruto – PIB (nominal) per capita	USD	4 731,7



Tabela 5 - República Federativa do Brasil

Fonte: (Secretariado Executivo da CPLP, 2014, p. 43)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Capital: Brasília	
Outras cidades importantes: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza, Curitiba, Recife, Manaus, Porto Alegre e Belém..	
Data da actual Constituição: Outubro de 1988. Alterações introduzidas posteriormente.	
Língua oficial: Português	
Unidade monetária: Real (BRL).	
Recursos Económicos: café, banana, cacau, tabaco, açúcar, feijão, citrinos, milho, soja, algodão, arroz, trigo, batata e mandioca. O Brasil ocupa posições de destaque mundial na produção dessas culturas. Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Bahia são os principais estados agrícolas. No setor mineral, possui a segunda maior reserva de ferro do mundo em Minas Gerais e Pará (serra dos Carajás), além de manganésio, crómio, níquel, carvão, fosfatos, cobre, urânio e bauxite. Também possui reservas petrolíferas e tornou-se recentemente auto-suficiente nesse setor. O setor secundário gira em torno das indústrias automobilísticas, siderúrgica, têxtil, química, de derivados agropecuários (açúcar, cacau, café, carne) e metalúrgica (aço, alumínio, ferro, zinco, chumbo). No turismo, o Brasil tem também aplicado uma política com grande dinamismo tanto a nível nacional como internacional.	


Área total	km ²	8 514 876,6
População	habitantes	190 755 799
Densidade populacional	hab./km ²	22,4
Capital		Brasília
População residente na capital	habitantes	2 570 160
Produto Interno Bruto – PIB (nominal)	106 USD	2 142 418,3
Produto Interno Bruto – PIB (nominal) per capita	USD	11 086,1



Tabela 6- República de Cabo Verde

Fonte: (Secretariado Executivo da CPLP, 2014, p. 44)

REPÚBLICA DE CABO VERDE

Capital: Cidade da Praia.	
Outras cidades importantes: Mindelo, Assomada, S. Filipe.	
Data da actual Constituição: 25 de Setembro de 1992. Foi revista em Julho de 1999.	
Língua oficial: Português	
Unidade monetária: Escudo de Cabo Verde (CVE).	
Recursos Económicos: Dependem, sobretudo, da agricultura e da riqueza marinha. A agricultura sofre frequentemente os efeitos das secas. As culturas mais importantes são o café, a banana, a cana-de-açúcar, os frutos tropicais, o milho, os feijões, a batata-doce e a mandioca. O setor industrial encontra-se em pleno desenvolvimento e podemos destacar a fabricação de aguardente, vestuário e calçado, tintas e vernizes, o turismo, a pesca e as conservas de pescado e a extração de sal, não descurando o artesanato e a construção. A banana e a indústria das conservas de peixe, o peixe congelado, as lagostas, o sal e as confeções são os principais produtos exportados. Assim, o comércio e o turismo, especialmente na ilha do Sal, produzem 69 por cento do PIB. O setor secundário gera 17 por cento do PIB. O país importa mais de 80 por cento dos alimentos que consome. Nos serviços, o setor do turismo está consolidado ao nível mundial.	

Área total	km ²	4 033,0
População	habitantes	494 040
Densidade populacional	hab./km ²	122,0
Capital		Cidade da Praia
População residente na capital	habitantes	131 505
Produto Interno Bruto – PIB (nominal)	106 USD	1 661,5
Produto Interno Bruto – PIB (nominal) per capita	USD	3 377,8



Tabela 7 - República da Guiné-Bissau

Fonte: (Secretariado Executivo da CPLP, 2014, p. 45)

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

Capital: Bissau.	
Outras cidades importantes: Bafatá, Gabú, Mansôa, Catió, Cantchungo, Farim.	
Data da actual Constituição: Aprovada em 16 de Maio de 1984, foi revista em Maio de 1991, Novembro de 1996 e Julho de 1999.	
Língua oficial: Português	
Unidade monetária: Franco CFA.	
Recursos Económicos: Guiné-Bissau depende fortemente da agricultura e da pesca (cerca de 62 por cento do PIB). O preço das castanhas de caju aumentou e hoje o país encontra-se em sexto lugar na produção mundial do produto. A Guiné-Bissau exporta peixe e mariscos juntamente com caju, semente de palma e produtos das atividades extrativas florestais. As licenças para a pesca são uma fonte de receitas do Governo. O arroz é o cereal mais produzido e comida típica. O turismo é, também, uma aposta crescente do país, podendo a vir representar uma enorme fonte de receitas no futuro.	

Área total	km ²	36 125,0
População	habitantes	1 515 224
Densidade populacional	hab./km ²	41,9
Capital		Bissau
População residente na capital	habitantes	282 146,0
Produto Interno Bruto – PIB (nominal)	106 USD	829,1
Produto Interno Bruto – PIB (nominal) per capita	USD	547,2



Tabela 8 - República de Moçambique

Fonte: (Secretariado Executivo da CPLP, 2014, p. 46)

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Capital: Maputo.	
Outras cidades importantes: Beira, Nampula, Chimoio, Nacala-Porto, Quelimane, Tete, Xai-Xai, Pemba, Inhambane.	
Data da actual Constituição: 30 de Novembro de 1990, alterada em 1996 e em 2004.	
Língua oficial: Português	
Unidade monetária: Metical (MZM).	
Recursos Económicos: A economia é ainda precária e depende de doadores estrangeiros, apesar de estar a refletir um crescimento sustentado. O turismo é de excelência e começa a assumir-se como um setor privilegiado no mercado global. O solo é rico em ouro, carvão, sal, grafite e bauxite, mas é pouco explorado. Moçambique possui também reservas de gás natural, mármore e madeiras. A maioria da população vive da agricultura de subsistência, mas o país exporta cana-de-açúcar, algodão, sisal, chá e tabaco.	


Área total	km ²	799 380,0
População	habitantes	22 416 881
Densidade populacional	hab./km ²	28,0
Capital		Maputo
População residente na capital	habitantes	1 161 833
Produto Interno Bruto – PIB (nominal)	106 USD	9 550,1
Produto Interno Bruto – PIB (nominal) per capita	USD	426,0



Tabela 9 - República de Portugal

Fonte: (Secretariado Executivo da CPLP, 2014, p. 47)

REPÚBLICA DE PORTUGAL

Capital: Lisboa.	
Outras cidades importantes: Aveiro, Braga, Coimbra, Évora, Faro, Funchal (Madeira), Ponta Delgada (Açores), Porto, Setúbal.	
Data da actual Constituição: Aprovada em Abril de 1976. Revisões em Setembro de 1982, Julho de 1989, Novembro de 1992, Setembro de 1997, Dezembro de 2001, Julho de 2004 e Agosto de 2005.	
Língua oficial: Português	
Unidade monetária: Euro (EUR).	
Recursos Económicos: A produção agrícola representa apenas quatro por cento do PIB. A principal cultura é a uva, situando o país entre os dez primeiros produtores mundiais de vinhos de qualidade. Batata, beterraba açucareira, arroz, legumes, hortaliças e frutas também são importantes produtos. A abundância de sobreiros, especialmente a Sul do rio Tejo, faz de Portugal o maior produtor mundial de cortiça (cerca de metade da produção da cortiça mundial). Na pecuária, destaca-se a produção de ovinos e, na pesca, a da sardinha. As principais atividades industriais concentram-se nos setores têxtil, siderúrgico, metalúrgico, automobilístico e químico. Também têm importância as indústrias alimentares (conservas de peixe, vinho, cerveja e azeite), de calçados e de cerâmica. O setor de serviços (destaque para o turismo) responde por 68 por cento do PIB e por 60 por cento dos empregos.	

Área total	km ²	92 207,4
População	habitantes	10 636 979
Densidade populacional	hab./km ²	115,4
Capital		Lisboa
População residente na capital	habitantes	474 697
Produto Interno Bruto – PIB (nominal)	106 USD	228 829,4
Produto Interno Bruto – PIB (nominal) per capita	USD	21 512,6



Tabela 10- República Democrática de São Tomé e Príncipe

Fonte: (Secretariado Executivo da CPLP, 2014, p. 48)

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE


Capital: São Tomé.	
Outras cidades importantes: Santo António, Santa Cruz, Neves.	
Data da actual Constituição: Aprovada em Abril de 1976. Revisões em Setembro de 1982, Julho de 1989, Novembro de 1992, Setembro de 1997, Dezembro de 2001, Julho de 2004 e Agosto de 2005.	
Língua oficial: Português	
Unidade monetária: Dobra (STD).	
Recursos Económicos: A principal atividade económica é a agricultura, que produz cacau, óleo de palma, café e coco e a pesca. A recém-descoberta de jazidas de petróleo nas suas águas pode constituir uma importante fonte de receitas e de energia no futuro. São Tomé e Príncipe também aposta no turismo e quer favorecer a qualidade, propondo um quadro único de descoberta, preservando o melhor possível as suas paisagens luxuriantes, a sua arquitetura singular e, sobretudo, a sua calma.	

Área total	km ²	1 001,0
População	habitantes	163 784
Densidade populacional	hab./km ²	163,6
Capital		São Tomé
População residente na capital	habitantes	18 574,0
Produto Interno Bruto – PIB (nominal)	106 USD	214,0
Produto Interno Bruto – PIB (nominal) per capita	USD	1 306,6

Tabela 11- República Democrática de Timor-Leste

Fonte: (Secretariado Executivo da CPLP, 2014, p. 49)

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

Capital: Díli.	
Outras cidades importantes: Baucau, Manatuto, Aileu e Liquiçá.	
Data da actual Constituição Maio de 2002	
Língua oficial: Português	
Unidade monetária: Dólar norte-americano (USD).	
Recursos Económicos: A economia de Timor-Leste assenta na produção de cacau, café, cravo e coco. Nos últimos anos foram encontradas importantes reservas de petróleo e gás natural.	



Área total	km ²	14 954,4
População	habitantes	1 066 409
Densidade populacional	hab./km ²	71,3
Capital		Díli
População residente na capital	habitantes	234 026
Produto Interno Bruto – PIB (nominal)	106 USD	4 130,5
Produto Interno Bruto – PIB (nominal) per capita	USD	3 615,0

Tabela 12- República da Guiné Equatorial
Fonte: (Secretariado Executivo da CPLP, 2014, p. 50)

1

REPÚBLICA DA GUINÉ EQUATORIAL**Capital:** Malabo.**Outras cidades importantes:** Bata.**Data da atual Constituição** 1982.**Língua oficial:** Português, Espanhol e Francês.**Unidade monetária:** Franco CFA.

Recursos Económicos: A agricultura e a exploração florestal são os principais setores da economia. Os principais produtos agrícolas são o cacau, o café e a banana. A madeira é obtida, sobretudo, nas florestas da parte continental. A indústria é escassa, estando limitada ao processamento de cacau e café. Foram já encontradas jazidas de petróleo e de se considerar existir quantidades exploráveis de ouro, ferro, manganésio e urânio. Os principais parceiros comerciais da Guiné Equatorial são os Camarões, os Estados Unidos da América, a Espanha e a França.

Área total	km ²	28 051
População	habitantes	633 441
Densidade populacional	hab./km ²	19,0
Capital		Malabo
População residente na capital	habitantes	155 963
Produto Interno Bruto – PIB (nominal)	106 USD	15 537
Produto Interno Bruto – PIB (nominal) per capita	USD	12 895,0

Tabela 13 - Dados gerais dos Estados membros
Fonte: (Secretariado Executivo da CPLP, 2014, p. 49)

ÁREA TOTAL	km ²	10 709 277,4
POPULAÇÃO	habitantes	244 478 753
DENSIDADE POPULACIONAL	hab./km ²	22,8
PRODUTO INTERNO BRUTO – PIB (nominal) 2010	106 USD	2 470 103,8
PRODUTO INTERNO BRUTO – PIB (nominal) per capita 2010	USD	10 103,6



Anexo D – Documentos Enquadrantes Oficiais da CPLP por Áreas Setoriais

Tabela 14- Documentos Estratégicos da CPLP por Áreas Ministeriais.
Fonte: (Autor, 2015)

ÁREAS MINISTERIAIS	DOCUMENTOS ENQUADRANTES
Administração Interna	O principal documento é um Protocolo de 12Abr13, aprovado pelos ministros responsáveis pelos assuntos de segurança pública e interna. Aborda aspetos no domínio da segurança pública e segurança interna.
Administração Pública	Declaração de 19Nov97, referente ao I Encontro de Ministros da Administração Pública.
Agricultura	Existem um conjunto de Declarações Ministeriais, a última é datada de 01Jun12, em que estão estipuladas um conjunto de ações a realizar neste domínio.
Ambiente	Resolução do Sal de 04Mai12, aborda os novos instrumentos da CPLP, e refere o objetivo de concluir o “Plano Estratégico de Cooperação em Ambiente da CPLP” e a aprovar em outubro de 2012.
Assuntos do Mar	“ Estratégia da CPLP para os Mares ” de 20Jul09, este pode dizer-se que face ao seu conteúdo é um documento interministerial.
Assuntos Parlamentares	Estão definidos diversos protocolos.
Ciência e Tecnologia	“ Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP (2014-2020) ”
Comércio	A primeira reunião realizou-se a 14Mai12, e sustentam-se no relatório do Grupo Técnico como documento base.
Correios/Telecomunicações	Esta área refere apenas a realização de reuniões técnicas.
Cultura	Proposta de 17Abr14 para a elaboração do “Plano Estratégico de Cooperação Cultural Multilateral no domínio da Educação e respetivo Plano de Ação”. O que está aprovado é um “Plano de Ação para a Cooperação Educacional” entre países membros da CPLP.
Defesa	Protocolo para a Cooperação para a Defesa de setembro de 2006.
Desporto	Acordo para a cooperação no domínio da Juventude e do Desporto de 30Jun07.
Economia e Empresas	Os documentos oficiais são declarações e encontros com outras organizações.
Educação	Em fase de elaboração o “Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no domínio da Educação e respetivo Plano de Ação”
Finanças	Os documentos oficiais são Declarações Finais dos ministros da finanças.
Igualdade do Género	Está aprovada a Resolução de Lisboa de 4 de maio de 2010.
Justiça	Os documentos oficiais são Declarações Ministeriais, com programas, projetos e medidas a implementar.
Juventude	Acordo de Cooperação no Domínio da Juventude e do Desporto de 30 de junho de 2007.
Pescas	Podemos considerar que esta área está suficientemente desenvolvida na “ Estratégia da CPLP para os Mares ”.
Propriedade Industrial	Está associado a uma bolsa de cooperação.
Saúde	Está aprovado o “ Plano estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP 2009-2012 ”, aprovado a 15Mai09 e recentemente foi prolongado.
Trabalho e Assuntos Sociais	Está aprovado um Plano de Ação de 25Abr13.
Turismo	Diversas Reuniões de Ministros e está aprovado um Regimento Interno.



Apêndice A – Linha de Orientação Metodológica

Questão Central: Quais são as linhas de ação estratégicas da CPLP, que podem contribuir para a edificação de um pensamento estratégico lusófono?

Fontes

Entrevistas:

- Professor Doutor Adriano Moreira
- Embaixador, Dr.º Mário Santos
- Dr.ª Ana Maria Neto
- Embaixador, Dr.º Francisco Azevedo
- Maj Inf (Brasil) Glauco Corbari Corrêa

Principal Bibliografia:

- Artigos científicos publicados;
- Livros;
- Web sites (CPLP).

Capítulos

Capítulo 2: O Contexto Geopolítico do espaço da CPLP

Capítulo 3: A génese e a evolução da CPLP

Capítulo 4: As Políticas Estratégicas da CPLP

Questões

QD1: Que riscos e ameaças são comuns aos Estados membros da CPLP no atual contexto geopolítico?

QD2: A arquitetura da CPLP tem evoluído por forma a responder aos desafios dentro do quadro da atual conjuntura?

QD3: Quais são os setores de cooperação da CPLP com políticas estratégicas?

Confirmação das Hipóteses de Trabalho

e

Identificação de Linhas de Atuação



Apêndice B – Modelo de Análise

Tabela 15- Modelo de Análise e a ligação com as dimensões e indicadores
Fonte: Autor (2015)

Questão Central: Que linhas de ação estratégicas da CPLP, podem contribuir para o desenvolvimento de um Pensamento Estratégico Lusófono?					
Objetivo da Investigação: Apresentar contributos para o desenvolvimento de um Pensamento Estratégico Lusófono					
Questões	Hipótese	Capítulo	Dimensão		Indicador
Q1: Que riscos e ameaças são comuns aos Estados membros da CPLP?	Hip1: Existem riscos e ameaças comuns que se apresentam no espaço geopolítico da CPLP, para os quais devem ser definidas estratégias multilaterais de resposta.	Capítulo 2: Contexto Geopolítico do espaço da CPLP	D1	Geopolítico	I1 Identificação de riscos e ameaças comuns aos Estados membros da CPLP
Q2: De que forma a arquitetura organizacional da CPLP tem evoluído e está preparada para responder aos desafios estratégicos da Organização?	Hip2: A arquitetura da organização da CPLP está preparada e evolui desde a sua criação de forma a implementar medidas e desenvolver parcerias multilaterais que potenciem a resposta aos desafios que se apresentam dentro do espaço lusófono.	Capítulo 3: A génese e a evolução da CPLP	D2	Organizacional	I2 I2.1 - A CPLP tem evoluído no âmbito da sua arquitetura organizacional; I2.2 – Realizam-se reuniões , cimeiras, conferências com frequência para dirigir os recursos da organização.
Q3: Qual a estrutura e modelo de formulação estratégica instituída na CPLP?	Hip3: A CPLP não têm consolidado um modelo de formulação estratégica, para articular de forma logica, um pensamento estratégico lusófono, extensível às políticas estratégicas definidas para todos os setores de cooperação, que permita a organização responder através de um Estratégia alinhada.	Capítulo 4: As políticas Estratégicas da CPLP	D3	Político-Estratégico	I3 Estão definidas e aprovadas estratégicas para todas as áreas ministeriais



Apêndice C – Guião de Entrevista

Instituto de Estudos Superiores Militares

Trabalho de Investigação Individual

“Desenvolvimento de um Pensamento Estratégico Lusófono”

Discente: Maj Eng Alexandre Fernando Mendes Rodrigues

Orientador: CTen Silva Costa

As entrevistas realizadas pretendem fornecer elementos de informação e reflexão, para proceder a uma análise sistemática do seu conteúdo que corresponda às exigências de explicitação do tema que se está a desenvolver.

Esta investigação tem como objetivo apresentar contributos para o desenvolvimento de um pensamento estratégico lusófono, e recorrendo a este guião da entrevista, pretendeu-se identificar se existe um pensamento estratégico lusófono, se ele existe, tem impacto ou não na CPLP, e se para o desenvolver tem que ser enquadrado na organização.

Guião da Entrevista

Nome: _____

Função: _____

1. Existe um Pensamento Estratégico Lusófono?
2. O pensamento Estratégico Lusófono tem impacto na CPLP?
3. A evolução da CPLP obriga a um pensamento Estratégico Lusófono?



Apêndice D – Análise temática do conteúdo das entrevistas

Tabela 16-Análise temática do conteúdo das entrevistas

Fonte: (Autor, 2015)

Entrevistados	Questão: Existe um Pensamento Estratégico Lusófono?
Professor Doutor Adriano Moreira	Estamos preocupados com o conceito estratégico de segurança e defesa, o ano passado até publicamos dois no ano passado, um era o conceito estratégico de segurança e defesa, um estudo sob direção do professor Luís Fontoura e um outro estudo do ministério. Falta um conceito estratégico Nacional, porque se dou às FA e aos serviços interligados um conceito estratégico, tenho que dizer para defender o quê. Em Portugal, naquilo que diz respeito ao conceito estratégico que não temos, porque nós estamos unidos à Europa e eu tenho parecido que reconstituímos o Império romano, que é Chipre, Grécia, Itália, a Espanha, Portugal, quer dizer é o Império romano pobre, ou seja, por onde os bárbaros desceram, subimos à procura de futuro. E governamos com uma folha de Excel.
Sr.º Embaixador, Dr.º Mário Santos	Não, a organização anda à procura da sua visão estratégica para o futuro. Na cimeira de chefes de estado em Díli devia ter sido debatido uma nova visão estratégica para a organização. Neste momento existe um grupo e trabalho que está a estudar a nova visão estratégica da organização. O que se pretende para o futuro da organização. Será debatido na próxima conselho de ministros que irá ocorrer em julho em Díli. A história mudou, a CPLP foi constituída num determinado momento da história, momento esse que se alterou, não digo profundamente mas sofreu grandes alterações e como tal a organização terá que procurar outros caminhos para que lhe dê sustentabilidade, a consolide e que lhe dê perspectivas de futuro.
Dr.ª Ana Maria Neto	A CPLP é uma organização recente, que reúne um conjunto de países bastante diferentes, ao nível do desenvolvimento, estruturas diferentes. O pensamento estratégico lusófono não está devidamente sistematizado, amadurecido, aplicado e ainda não está devidamente consolidado, e Portugal tem a sua dose de responsabilidade neste processo. Não existe verdadeiramente um pensamento estratégico lusófono, todavia, com a organização a atingir 18 anos no ano transato, precisamente em Díli na capital de Timor-Leste, último país a aderir à CPLP em 2002, houve a preocupação de refletir sobre uma visão estratégica da organização para a próxima década.
Sr.º Embaixador, Dr.º Francisco Azevedo	Não. Mas existem indícios E elementos conceptuais que podem deduzir a possibilidade de arquitectar algo semelhante. Refiro-me à “magna carta” da CPLP que é a Declaração Constitutiva de 1996 e as sucessivas adaptações do Estatuto que inferem nos seus princípios e objetivos as linhas, ainda que ténues, de um pensamento estratégico lusófono. Quando falamos dos pilares da CPLP (<i>a concertação político-diplomática, a cooperação em todas as vertentes e a promoção e difusão da língua portuguesa</i>), estamos Implicitamente a referir-nos aos valores que nos são comuns, ao passado histórico comum (positivo e negativo), à língua portuguesa e às vertentes valorativas que enformam qualquer Organização internacional, designadamente, a democracia, os direitos humanos, o desenvolvimento económico e social e a defesa da soberania. Eis os conceitos que podem estruturar um pensamento estratégico lusófono. Mas o conceito de lusofonia tem muito mais a ver com a assumpção de um “estado de alma” (a alma lusófona) de matriz originariamente portuguesa do que com a expressão real do sentimento que agrega actualmente o conjunto dos povos que fazem parte da CPLP. Na nossa óptica, o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) de Portugal é o documento estruturante que mais se aproxima do conceito de lusofonia e, certamente, do que poderá ou poderia ser no futuro o paradigma de um pensamento estratégico lusófono estruturado.
Maj Inf (Brasil) Glauco Corbari Corrêa	A meu ver, Portugal possui um Pensamento Estratégico, consubstanciado por documentos tais como o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, o Programa do XIX Governo Constitucional, o Conceito Estratégico da OTAN – organização da qual o país faz parte – e o Conceito Estratégico Militar. Todavia, ainda há uma certa indefinição em relação às prioridades portuguesas, ora voltada para o Mar ora voltada para a Europa – por meio da NATO e da EU – ora voltada para a CPLP, numa tentativa de retomada das relações pós-coloniais.



Entrevistados	Questão: O pensamento Estratégico Lusófono tem impacto na CPLP?
Professor Doutor Adriano Moreira	Assim, a I GM acabou com os impérios domésticos, a II GM acabou com os impérios coloniais da Europa. A Europa deixou de mandar nas matérias-primas, no mercado dos produtos acabados, deixou de impor o preço do trabalho. Acontece, de todos os impérios, da frente marítima, a Holanda, a Bélgica, a França, a Inglaterra, nós fomos os únicos, o único que conseguiu fazer a CPLP, chama-se Portugal, mais ninguém conseguiu, logo aí obriga a alguma análise, eu acho que as comunidades têm um cimento, que vou-lhe chamar comunidade de afetos, que nos liga, e nós conseguimos isso, e digo isso porque tenho sustentado que Portugal sempre que precisou um apoio externo, na I Dinastia é o Papa, na II dinastia é a Inglaterra que até hoje se mantém, em 74 passou a ser a UE. Mas não é só a Europa, está obrigado às Nações Unidas, e está obrigado à CPLP, e eu chamo a isso as janelas de liberdade de Portugal. Essas janelas de liberdade de Portugal abrangem não apenas manter essa comunhão desses países, e depois veremos os interesses humanos que estão à volta disso, mas também económicos, porque o mar de acordo com o Direito Internacional em vigor reserva a Portugal uma plataforma continental que é riquíssima. A mim parece-me que no conceito estratégico de Portugal, referente a 92.000 km ² , e que D. Manuel Clemente explica, que é o terreno que nos calhou ou em que encalhamos, faz parte da definição dos objetivos de Portugal, são janelas de liberdade. O conceito estratégico de D. João I adapta-se ao nosso tempo, são conceitos a defender.
Sr.º Embaixador, Dr.º Mário Santos	<p>O Ministério pediu alguns estudos sobre esta temática, e um grupo de professores universitários apresentaram um trabalho sobre uma visão estratégica para a CPLP. O que está proposto neste estudo é uma visão académica, uma conceção académica, muito purista das perspetivas, mas outra é a realidade, que às vezes é muito diferente, que não depende só de nós (Portugal), nós somos um dos parceiros da CPLP. Mas até o paradigma alterou-se, quando a CPLP foi constituída, alguns destes países eram países pobres, que agora não são assim tão pobres, tudo se alterou. Países com potencialidades, que é o caso de Angola, Timor-Leste, Moçambique, mas até aqui isto se alterou, nem que seja conjunturalmente. O que se está a passar no setor energético tem sido determinante, tem condicionado muitos das perspetivas de desenvolvimento, nomeadamente de Moçambique, que tinha uma perspetiva enorme de aumentar o seu potencial económico e de receitas através da exploração de gás e petróleo.</p> <p>O que há um ano era verdade, hoje já não o é. Angola tinha um discurso diferente, o próprio Brasil está a atravessar alguma instabilidade. Tudo se altera rapidamente. Tudo carece de maior reflexão.</p> <p>Neste momento não existe, ainda se está à procura. Dentro da organização existem visões diferentes. A Língua é a matriz da CPLP, o ADN. Os 3 pilares da organização, há quem defenda que vão ser alargados, embora alguns Estados tenham perspetivas diferentes da necessidade de reformular a organização</p>
Dr.ª Ana Maria Neto	<p>Em 2014, a organização está num mundo diferente, com três países, não países emergentes, apenas o Brasil considerado como no grupo dos BRICS, mas Angola e Moçambique com a riqueza das suas matérias-primas – o petróleo e o gás- são países que adquiriram um PIB com dimensão diferente de 1996, e por outro lado Angola que ambiciona ser uma potência regional geoestratégica (mas com a Nigéria sempre a atenta).</p> <p>Está a repensar-se a CPLP, com um grupo de trabalho que reúne semanalmente, porque é necessário apresentar no próximo Conselho de Ministros a realizar em julho em Díli, um relatório sobre o que a organização poderá ser para os próximos 10 anos. Este grupo de trabalho é constituído por diplomatas dos Estados membros em Lisboa.</p> <p>A CPLP tem que ter uma agenda comum, que seja um denominador comum, em que os Estados membros definem os objetivos comuns, dentro dos três pilares que a constituem, a concertação político-diplomática, a cooperação para o desenvolvimento e a cooperação para a área da língua e a cultura. Pensa-se que com a nova visão estratégica, a criação de um quarto pilar, que conduzirá inevitavelmente à revisão dos estatutos, um pilar económico e empresarial.</p>



Sr.º Embaixador, Dr.º Francisco Azevedo	O que tem impacto e merece ser aprofundado são os normativos já existentes a partir dos quais se pode “isolar” um conjunto de princípios que refletem o conceito de lusofonia. E pouco mais. Dificilmente, a CPLP terá um conceito estratégico global, apesar da viabilidade conceitual vir a ser visível em áreas sectoriais específicas, designadamente, a defesa e a economia. No caso desta e à luz das recomendações dos Chefes de Estado e de Governo na última Cimeira da CPLP, em Díli, em 2014, a elaboração do documento-quadro sobre a nova Visão Estratégica da CPLP, permitirá consolidar elementos arquitetónicos nas esferas da geopolítica da energia e da geoeconomia dos mercados dotados de sinergias que contribuam para o desenvolvimento socioeconómico integrado dos Países da CPLP.
Maj Inf (Brasil) Glauco Corbari Corrêa	Na minha opinião, o Pensamento Estratégico Lusófono tem impacto na CPLP a partir do momento que Portugal utiliza esta Organização para buscar maior aproximação – particularmente económica e de segurança marítima – com a África e com o Brasil. Importa referir ainda que no momento em que Portugal se volta para o mar, o país automaticamente explora a ligação marítima entre o Atlântico Norte e Sul. Como na opinião do renomado Professor Adriano Moreira, a constituição de uma frota marítima da CPLP para a proteção e vigilância do Atlântico Sul poderia fazer face às ameaças vindas do mar – como a pirataria –, bem como cooperar para a construção de um Pensamento Estratégico realmente preocupado com os grandes interesses da nação, podendo, inclusive, vir a construir uma estratégia geopolítica conjunta para a região do Atlântico Sul. Para essa empreitada marítima securitária não há dúvidas que o Brasil se constituiria no principal parceiro estratégico de Portugal.

Entrevistados	Questão: A evolução da CPLP obriga a um pensamento Estratégico Lusófono?
Professor Doutor Adriano Moreira	A segurança do Atlântico sul vai ter reflexo em Angola, e o Brasil vai ter dialogar com Angola. Um conceito estratégico lusófono teria a sua importância, porque o Atlântico Sul não pode passar sem os Açores, Madeira e Cabo Verde. Seria interessante começar a discutir-se isto. E relativamente à plataforma continental seria a maior do mundo. em primeiro lugar, a evolução do mundo do tal globalismo, do qual sabemos o nome mas não sabemos o conteúdo. Nessa evolução Portugal ficou um estado exógeno, que é objeto de decisões de que não toma parte, o exemplo da última guerra é um deles. Esta situação de exógeno começa a ter uma importância crescente, porque a localização geográfica torna-o, por vezes, objeto das consequências a decisores que não toma, como foi na guerra. Mas suponha que as exigências de segurança do Atlântico Sul, e eventualmente intervenções, de forças portuguesas em territórios que por vezes internacionalmente somos chamados, passamos, por vezes a ter importância pela simples situação geográfica e se houver segurança do Atlântico sul nos somos envolvidos. Umhas vezes tem o poder funcional, que é submisso à decisão estranha, outras vezes entra em pé de igualdade, e com a CPLP tem que defender essa igualdade.
Sr.º Embaixador, Dr.º Mário Santos	A CPLP tem sido um espaço de diálogo de excelência entre os diversos países, por exemplo relativamente a vários acontecimentos, como Bissau. Os objetivos da organização não são essencialmente economicistas, vão muito para além disso. Diálogo, encontrar soluções, sempre presente. Um dos pilares é a Língua, e alguns países têm feito um esforço enorme na aprendizagem do português ao nível de ensino, e por exemplo o Senegal, a Namíbia também está a introduzir o português nas suas escolas. É importante parceiros, mas parceiros credíveis e interventivos, que tragam mais-valias para a organização. Foram solicitados pareceres à personalidades da área empresarial, universitária, e outros. Um conceito estratégico tem que ser cuidado devido a questões de interferência na soberania do seu próprio Estado. A CPLP não é uma organização específica para a defesa, trata muito mais do que a defesa. O instrumento militar em África é um



	<p>papel da UA, criada para responder a estas questões.</p>
Dr.^a Ana Maria Neto	<p>A visão estratégica da CPLP devia ter como base uma agenda comum em que os Estados membros se revissem e considerassem que os seus interesses bilaterais eram mais bem defendidos e até potenciadores de vantagens se tratados multilateralmente no quadro da comunidade.</p> <p>Necessário uma reflexão sobre os impactos que os objetivos estratégicos e os respetivos programas e planos setoriais se refletem nos Estados.</p> <p>O pensamento estratégico lusófono ainda está muito incipiente. Sem dúvida que a lusofonia é muito mais abrangente e extravasa a CPLP, mas o desenvolvimento de um pensamento estratégico lusófono só é possível dentro de uma organização que o pense de forma estruturada, organizada, concertada, metódica, que promova uma reflexão através por exemplo, da criação de uma comissão que inclua todos os círculos, desde académicos, políticos, militares, culturais, intelectuais de todos os Estados membros, para promover e incentivar a sua participação, e este é um dos desafios que se coloca ao futuro da comunidade, que é a nossa comunidade.</p>
Sr.^o Embaixador, Dr.^o Francisco Azevedo	<p>Não obriga, mas há um interesse geral na partilha de elementos que se podem identificar com a lusofonia e como tal ser possível estruturar no futuro um pensamento estratégico lusófono em que a CPLP é uma componente fundamental mas não única.</p> <p>Assim, importa que no contexto da evolução da CPLP sejam preservados os elementos estruturantes expressos na Declaração Constitutiva da CPLP e nas reformulações normativas sejam sempre presentes os pilares da Organização.</p> <p>Neste sentido, parece-nos importante a emergência do documento sobre a Identidade da CPLP no Domínio da Defesa cuja versão final será submetida à apreciação dos Ministros da Defesa, na reunião que irá ter lugar em S. Tomé, nos próximos dias 25 e 26 de Maio e cujo conteúdo observa não só aqueles elementos estruturantes, mas clarifica também as opções para uma futura concepção estratégica da CPLP neste domínio.</p> <p>O contributo da Identidade da CPLP no Domínio da Defesa, será primordial e ousarei dizer, incontornável, para a elaboração da nova Estratégia da CPLP, à luz das decisões da Cimeira de Díli.</p> <p>Nele se inscrevem os aspectos fundamentais do conceito de lusofonia, comuns e aceites por todos os Estados membros e que poderão projetar no futuro um pensamento estratégico estruturado.</p>
Maj Inf (Brasil) Glauco Corbari Corrêa	<p>A CPLP, além de se caracterizar num importante domínio de trabalho para a cooperação portuguesa, cria a possibilidade de utilizar a língua comum como potenciadora de interações envolvendo outros países lusófonos. O incremento do espaço lusófono constitui um reforço da capacidade de resposta dos países da CPLP aos desafios da globalização a que todos estão sujeitos. Ademais, o fortalecimento da língua portuguesa como herança cultural comum entre os países-membros da CPLP atende a um objetivo estratégico de consolidar a língua portuguesa como uma das línguas mundiais, sendo que a colaboração no âmbito do desenvolvimento tecnológico, por exemplo, poderia dar massa crítica e visibilidade do que “se faz em língua portuguesa”.</p> <p>Dessa forma, somente com um Pensamento Estratégico muito bem estudado, analisado e entendido por todos – inclusive a população em geral – será possível amadurecer a CPLP e, ao mesmo tempo, fortalecer os interesses portugueses.</p> <p>Cabe ressaltar que a CPLP não visa a substituir a ação bilateral, mas sim torná-la mais forte.</p>



Apêndice E - Verificação da resposta às questões derivadas e validação das hipóteses formuladas

Tabela 17-Verificação da resposta às questões derivadas e validação das hipóteses formuladas

Fonte: (Autor, 2015)

	Descrição	Respondida	Validada
QC	Que linhas de ação estratégicas da CPLP, podem contribuir para o desenvolvimento de um Pensamento Estratégico Lusófono?	Sim	
QD1	Que riscos e ameaças são comuns aos Estados membros da CPLP?	Sim	
Hip1	Existem riscos e ameaças comuns que se apresentam no espaço geopolítico da CPLP, para os quais devem ser definidas estratégias multilaterais de resposta.		Sim
QD2	De que forma a arquitetura organizacional da CPLP tem evoluído e está preparada para responder aos desafios estratégicos da Organização?	Sim	
Hip2	A arquitetura da organização da CPLP está preparada e evolui desde a sua criação de forma a implementar medidas e desenvolver parcerias multilaterais que potenciem a resposta aos desafios que se apresentam dentro do espaço lusófono.		Sim
QD3	Qual a estrutura e modelo de formulação estratégica instituída na CPLP?	Sim	
Hip3	A CPLP não têm consolidado um modelo de formulação estratégica, para articular de forma lógica, um pensamento estratégico lusófono, extensível às políticas estratégicas definidas para todos os setores de cooperação, que permita a organização responder através de um Estratégia alinhada.		Sim



Apêndice F – Matriz SWOT

Tabela 18 - Linhas de ação estratégicas da CPLP

Fonte: (Autor, 2015)

(Oportunidades versus Potencialidades)	(Oportunidades versus Vulnerabilidades)
<ul style="list-style-type: none">• O Mar representa um fator a explorar através da com medidas de cooperação para garantir a sua vigilância, o combate à criminalidade organizada e à pirataria, e proteger os recursos do Estados membros;• Potenciar as FFAA como instrumento fundamental na condução da política externa da CPLP;• Aposta numa política de recursos humanos em lugares chaves nas organizações internacionais, com lugares de chefia a serem desempenhados por personalidades oriundas de Estados lusófonos;• Apostar em países estratégicos como observadores associados da CPLP;• Promover os países lusófonos no quadro das organizações internacionais através de estratégias conjuntas;• Potenciar FFAA mais fortes na CPLP e consequentemente mais fortes nas organizações regionais a que pertencem;• Estreitar ligações entre a CPLP e outras organizações regionais e internacionais, para desenvolver capacidades no âmbito da Segurança e Defesa;• Desenvolver medidas para explorar os recursos marítimos dos países que constituem a CPLP.	<ul style="list-style-type: none">• Edificar um Conceito Estratégico Lusófono que permita alinhar os objetivos político-estratégicos da CPLP;• Implementar projetos de desenvolvimento nas mais diversas áreas, com Universidades e Empresas Privadas;• Desenvolver as estruturas de comunicação estratégica entre os países da CPLP;• Promover projetos a propor para financiamento junto de outras instituições internacionais;• Promover parcerias multilaterais entre os Estados membros da CPLP para proteção dos recursos marítimos e garantir a livre circulação de comércio nas ZEE de cada país.• Repensar o processo de obtenção de recursos humanos da organização para dispor dos melhores profissionais para desenvolver os objetivos estratégicos da organização;• Promover medidas para educação e formação dos Estados membros;• Desenvolver mecanismos e critérios de escolha dos militares adequados para as funções de assessoria, face aos níveis a que esta ocorre, em concreto na RSM.
(Ameaças versus Potencialidades) <ul style="list-style-type: none">• Desenvolver capacidades de combate a ameaças transnacionais nas FFAA e edificar capacidades nas Forças de Segurança.• Edificar estruturas de comunicação estratégica de forma a potenciar a ação da organização em respostas, quer ao nível interno e externo.• Desenvolver as Armadas dos países da CPLP, através de treino, doutrina e <i>modus operandi</i> no combate à pirataria e crime organizado transnacional, por exemplo através do exercício “FELINO”;• Promover a cooperação multilateral entre Estados membros;• Criar uma estrutura na CPLP que promova a participação de civis e militares lusófonos em missões de observação, mediação e de resposta a crises e conflitos;• Criar grupos de trabalho multilaterais para desenvolver capacidades;• Explorar as relações com outras organizações para a partilha de informação no sobre ameaças e assim promover modalidades de ação no seu combate.	(Ameaças versus Vulnerabilidades) <ul style="list-style-type: none">• Promover os espaços de cooperação militar ao nível da CPLP ultrapassar os problemas associados à redução dos orçamentos de defesa;• Reforçar e integrar as estruturas de informações que mais eficazmente respondam ameaças às ameaças transnacionais;• Implementar projetos multilaterais que promovam a divulgue a língua de Camões;• Criar fóruns de debate multilaterais para as mais diversas áreas.